

RELATÓRIO E CONTAS



2023



TIIM – Transporte Integrados Intermodais da Madeira, S.A. (TIIM)

Fundoa de Baixo | 9020-242 Funchal

Telefone: 291 705 555

Fax: 291 705 557

E-mail: geral@horariosdofunchal.pt

Website: www.horariosdofunchal.pt

Capital Social: EUR 5.000.000,00

NIPC e Matrícula: 511 007 116

Conservatória do Registo Comercial do Funchal



RELATÓRIO E CONTAS

2023

ÍNDICE

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	11
AGRADECIMENTOS	13
NOTA DE ABERTURA	14
APRESENTAÇÃO	15
Órgãos Sociais	16
Visão, Missão e Valores	16
Inovação	17
Princípios e Valores	17
Deveres e obrigações dos passageiros	18
Direitos dos passageiros	19
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	20
INDICADORES RELEVANTES	22
INDICADORES ECONÓMICOS	23
RELATÓRIO DE GESTÃO	25
Enquadramento	25
Riscos associados à atividade	25
1. EXPLORAÇÃO	28
1.1. Rede	28
1.2. Oferta	28
1.3. Procura	29
1.4. Fiscalização	29
2. RECURSOS HUMANOS	32
2.1. Efetivo	32
2.2. Caracterização dos Recursos Humanos	32
2.3. Gastos com o Pessoal	33
2.4. Trabalho Suplementar	33
2.5. Absentismo	34
2.6. Formação Profissional	34
2.7. Posto Clínico	35

3. GABINETE DE RESPONSABILIDADES E SEGURANÇA	37
3.1. Acidentes de Trabalho	37
3.2. Sinistralidade	37
4. MANUTENÇÃO.....	40
4.1. Frota.....	40
4.2. Taxa de Imobilização	40
4.3. Manutenção Preventiva	41
4.4. Custo de Manutenção	41
5. ENGENHARIA E PRODUÇÃO.....	43
4.1. Lavagem de Viaturas.....	43
4.2. Emissões de CO ₂	43
6. LOGÍSTICA	45
7. COMERCIAL.....	47
7.1. Receita do Serviço Interurbano	47
7.2. Campanhas, Eventos e Promoção	48
8. TECNOLOGIA.....	50
8.1. Suporte Técnico	50
8.2. Assistência SAEIP e Bilhética.....	51
8.3. Segurança das TIC.....	51
9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	53
9.1. Rendimentos e Ganhos.....	53
9.2. Gastos e Perdas	53
9.3. Resultados	55
9.4. Estrutura Patrimonial	55
9.5. Endividamento.....	56
9.6. Eficiência Operacional	56
PERSPETIVAS FUTURAS.....	57
RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO	58
PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS	58
ANEXO I – Cumprimento das Orientações Legais.....	60
ANEXO II – Contas do Exercício.....	73
Anexo III - Anexo às Demonstrações Financeira	79
ANEXO IV – Fiscal Único.....	113

Certificação Legal de Contas

Relato sobre Outros Requisitos Legais e Regulamentares

Relatório e Parecer do Fiscal Único

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Oferta Serviço Interurbano	28
Quadro 2 - Procura Serviço Interurbano	29
Quadro 3 - Fiscalização	30
Quadro 4 - Efetivo.....	32
Quadro 5 - Gastos com o Pessoal	33
Quadro 6 - Trabalho Suplementar	33
Quadro 7 - Absentismo	34
Quadro 8 - Formação Profissional	34
Quadro 9 - Posto Clínico	35
Quadro 10 - Acidentes de Trabalho.....	37
Quadro 11 - Sinistralidade	38
Quadro 12 - Frota	40
Quadro 13 - Manutenção Preventiva	41
Quadro 14 - Custo total de Manutenção.....	41
Quadro 15 - Lavagem de Viaturas	43
Quadro 16 - Emissões de CO ₂	43
Quadro 17 - Receita Serviço Interurbano	47
Quadro 18 - Assistência SAEIP e Bilhética	51
Quadro 19 - Rendimentos e Ganhos	53
Quadro 20 – Fornecimento e Serviços Externos	53
Quadro 21 – Gastos com o Pessoal	54
Quadro 22 - Gastos e Perdas	54
Quadro 23 - Resultados	55
Quadro 24 - Estrutura do Balanço	55
Quadro 25 - Endividamento	56
Quadro 26 – Eficiência Operacional	56

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Passageiros Transportados Serviço Interurbano	29
Gráfico 2 - Indicadores Demográficos	33
Gráfico 3 – Formação	34
Gráfico 4 – Sinistralidade	38
Gráfico 5 - Taxa de Imobilização.....	40
Gráfico 6 - Títulos de Transporte Vendidos.....	47
Gráfico 7 - Suporte Técnico	50
Gráfico 8 – Tempo médio de resposta por vias de pedido (em horas)	50

GLOSSÁRIO

ATP: Amigo do Transporte Público

CA: Conselho de Administração

CAM: Certificado de Aptidão de Motorista

CCP: Código dos Contratos Públicos

CCSG: Companhia dos Carros de São Gonçalo

CNQ : Catálogo Nacional de Qualificações

DGS: Direção Geral de Saúde

DRETT: Direção Regional de Economia e Transportes Terrestres

EEM: Empresa de Eletricidade da Madeira

EBITDA: Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização

HF: Horários do Funchal

L.K.O.: Lugares/quilómetro, oferecidos

p.p.: Pontos Percentuais

PMR: Pessoas Mobilidade Reduzida

PT: Passageiros transportados

PIB: Produto Interno Bruto

P.K.T.: Passageiro/quilómetro transportado

T.O.: Taxa de ocupação

PM: Percurso médio (km)

RARE: Regulamento de Aquisições de bens e serviços e de realização de empreitadas

SAEIP: Sistema de Apoio à Exploração e Informação ao Público

STRAMM: Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários e Atividades Metalúrgicas da Região Autónoma da Madeira

SNMOT: Sindicato Nacional dos Motoristas e Outros Trabalhadores

VAB: Valor Acrescentado bruto

SVAC: Serviço de vendas e atendimento ao cliente

Veículo km: Total de quilómetros percorridos

Turnover: Taxa de Rotatividade

Lay-Off: Suspensão temporária do contrato de trabalho

Busdoor: Publicidade em autocarros

Passivo Remunerado: Financiamentos Obtidos Correntes + Financiamentos obtidos não correntes

Autonomia Financeira: Capital Próprio/Ativo Total

Solvabilidade: Capital Próprio/ Passivo Total

Liquidez Geral: Ativo Corrente / Passivo Corrente

Capacidade de Endividamento: Capital Próprio / Capital Permanente

Volume de Negócios: Vendas + Serviços Prestados

Taxa de cobertura dos Gastos Operacionais: Rendimentos Operacionais/Gastos Operacionais

Gastos Operacionais por Passageiro Transportado: Gastos Operacionais/PT

Rendimentos Operacionais por Passageiro Transportado: Rendimentos Operacionais/PT

Gastos Operacionais por km percorrido: Gastos Operacionais/Km percorrido

Rendimentos Operacionais por km percorrido: Rendimentos Operacionais/Km percorrido

Resultado líquido por Passageiro Transportado: Resultado líquido/PT

Resultado líquido por Km Percorrido: Resultado líquido/Km percorridos

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



O ano de 2023 foi um ano de mudança, transformação e consolidação da Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., que não só mudou de denominação social para Transportes Integrados e Intermodais da Madeira, S.A., como viu, também, serem atribuídas novas competências ao nível da sua atividade, que levaram a Administração a desencadear diversos processos de mudança e consolidação da sua atividade.

O contexto macroeconómico e geopolítico manteve-se complexo e volátil no ano de 2023. A invasão da Ucrânia pela Federação Russa mantém-se, não se vislumbrando o seu fim, e em outubro iniciou-se a guerra de Israel-Hamas. As tendências inflacionistas persistentes e as taxas de juro crescentes continuaram a pressionar o rendimento disponível das famílias, forçando os consumidores a adaptar os seus hábitos de consumo. Na Região Autónoma da Madeira, a taxa de inflação foi de 5%, um valor ainda longe dos 2% ambicionado pelo BCE, mas menor do que em 2022, mas que associada ao acima exposto derivou novamente em aumentos de preços das nossas matérias-primas, nomeadamente o combustível e nas peças de manutenção.

De acordo com a política da nossa empresa-mãe, e do nosso acionista, continuamos a trabalhar arduamente para mitigar os impactos desta situação, absorvendo o aumento do índice de preços ao consumidor nos tarifários que oferecemos aos nossos clientes.

Neste contexto desafiante, a nossa atividade core manteve-se focada em continuar a garantir um plano de oferta eficiente, com um foco redobrado na pontualidade e salubridade dos nossos autocarros.

Em termos financeiros, conseguimos apresentar Resultados Operacionais e Resultados Líquidos positivos, o que já não acontecia desde o ano de 2016, apesar das receitas e do número de passageiros transportados ainda não terem atingido os anos da pré-pandemia.

No dia 29 de dezembro de 2023, foi assinado o 8º Aditamento ao Contrato de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros da Região Autónoma da Madeira, referente aos cálculos de apuramento da reconciliação do ano de 2021, no valor de €841.841,59 acrescidos de iva, e o valor da Indemnização compensatória estimada para o ano de 2022. A mesma também contemplou a transferência da carreira 81 – “Funchal/Curral das Freiras” para a empresa Horários do Funchal, S.A através da atualização do “Anexo I – Rede de Títulos da Concessão RTA”.

Continuamos a prestar um serviço de qualidade à população, com os meios disponíveis, e mantivemos o nosso bem mais precioso, os nossos recursos humanos altamente qualificados e de um nível profissional sem paralelo na economia regional.

Estamos confiantes que, em 2024, continuaremos a satisfazer as necessidades dos nossos clientes com o máximo de rigor, profissionalismo e a criar valor para o nosso acionista. Para concluir, queremos agradecer o empenho e a dedicação da nossa Tutela, Secretaria Regional dos Equipamentos e Infraestruturas, liderada pelo Ex. Sr. Secretário Regional Eng.º. Pedro Fino, do nosso acionista, Governo Regional da Madeira, aqui representado pelo Secretário Regional das Finanças, Ex. Sr. Dr. Rogério Gouveia.

A todos um bem-haja!!!

AGRADECIMENTOS

O presente documento espelha o trabalho desenvolvido pela TIIM ao longo de 2023, o qual só foi possível, graças à pronta colaboração de diversas entidades e pessoas, às quais não poderíamos deixar de agradecer.

Entende o Conselho de Administração mencionar de forma particular:

- Os colaboradores ao serviço da TIIM – Transporte Integrados Intermodais da Madeira, S.A., pelo esforço, empenho e dedicação no cumprimento dos objetivos propostos;
- Os nossos clientes sem exceção;
- Os nossos fornecedores e prestadores de serviços;
- O nosso Revisor Oficial de Contas, pela cooperação no acompanhamento da atividade da empresa;
- As entidades públicas e instituições financeiras com quem trabalhamos, pela confiança e apoio demonstrados;
- À Horários do Funchal – Transportes Públicos S.A, nossa acionista, às Secretarias Regionais de Economia, das Finanças e de Equipamentos e Infraestruturas, à Direção Regional de Economia e Transportes Terrestres, que nos ajudaram no cumprimento dos objetivos e consolidação do plano de negócios e investimentos nos seus diversos aspetos.

A todas as pessoas, o nosso **muito obrigado**.



NOTA DE ABERTURA

O ano de 2023 é definido pela palavra “recuperação”, sem dúvida alguma que foi um ano de retoma à normalidade em diversos setores de atividade, sendo que para alguns foi um ano excecional. No caso específico da TIIM – Transporte Integrados Intermodais da Madeira, S.A., apesar de não termos atingido ainda os valores registados em 2019, ano pré-pandemia, estamos cada vez mais próximos, conforme poderão observar ao longo do presente relatório.

Em termos financeiros, conseguimos apresentar Resultados Operacionais e Resultados Líquidos positivos o que já não acontecia desde o ano de 2016, apesar das receitas e do número de passageiros transportados ainda não terem atingido os anos da pré-pandemia.

É importante referir, que em termos da rede de Oferta contemplada no Contrato de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros na Região Autónoma da Madeira, a Carreira 81 - Curral das Freiras, a partir de 31 de agosto de 2023, passou a integrar a rede de oferta da Horários do Funchal, S.A..

Para o ano de 2024 prevemos uma forte adesão da população madeirense aos transportes públicos, devido à publicação da Portaria n.º 1110/2023, de 20 de dezembro, a qual implementa a extensão da gratuidade dos passes para os jovens entre os 13 e os 23 anos, que estejam matriculados numa instituição de ensino regional, no ano letivo a decorrer, bem como para os residentes na RAM com 65 anos ou mais.



APRESENTAÇÃO

A TIIM – Transportes Integrados Intermodais da Madeira, S.A. (ex-CCSG), seguidamente referida por TIIM, é uma sociedade comercial por ações de natureza privada, de capitais públicos, tem como atividade o transporte público coletivo de passageiros em carreiras interurbanas, nomeadamente nos concelhos de Santa Cruz, Machico e Santana.

O Capital Social, integralmente subscrito e realizado, é de 5.000.000,00 euros detido, na sua totalidade, pela empresa Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A. (HF). Esta sociedade, comercial por ações, igualmente de natureza privada e composta por agregação de capitais públicos, dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, em regime de exclusividade, de um serviço público de transporte urbano e local, por autocarro, sendo seus sócios fundadores e atuais, a Região Autónoma da Madeira e a Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A. detendo, respetivamente 95% e 5% do capital social, integralmente realizado, de 17.852.360,00 euros.



Órgãos Sociais

ORGÃOS SOCIAIS	
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL	
Presidente	António José Jardim Faria
Secretário	António Manuel Pita Rentróia
Secretário	Gabriel de Lima Farinha
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente	Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves
Vogal Executivo	Susana Maria Florença Pinto Correia
Vogal Executivo	Duarte Leovigildo de Faria Sousa
Vogal Não Executivo (*)	Ricardo Nuno Pestana de Abreu
Vogal Não Executivo	Donato Filipe Fernandes de Gouveia
FISCAL ÚNICO	
BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.	
representado por Dr. ^o António José Correia de Pina Fonseca ROC n.º 949	

(*) O vogal pediu a renúncia no dia 30 de novembro de 2023.

Visão, Missão e Valores



Missão

“Prestar o melhor serviço de mobilidade às pessoas, com qualidade e pontualidade, na sua área de atuação”



Visão

“Ser a melhor empresa de transportes públicos interurbanos de passageiros do País na Mobilidade, na Rentabilidade e nos Recursos Humanos.”



Valores

Criar um ambiente de valorização e desenvolvimento profissional, onde a cada colaborador lhe seja dado a oportunidade de explorar a sua criatividade e experiência pessoal, com o objetivo de criar valor às atividades do dia-a-dia, contribuindo assim para a melhoria contínua dos processos de inovação da TiiM (ex-CCSG)

Inovação

Agir com iniciativa e inovação, para acrescentar valor aos serviços de transporte público coletivo de passageiros de âmbito local e regional, afirmando-se como alternativa ao transporte individual.

Incentivar a procura e partilhar o conhecimento, com o objetivo de desenvolver soluções que envolvam a experiência e resultados na área da mobilidade, tanto tecnologicamente como a nível organizacional.

Participação ativa de todos com quem trabalhamos, nos projetos de investigação e desenvolvimento, nas áreas das tecnologias de informação, em iniciativas nacionais e internacionais e que para isso, contamos com o conhecimento e experiência de mais de 30 anos dos colaboradores altamente qualificados cedidos pela empresa-mãe, de modo a oferecer e adotar soluções à altura dos desafios impostos pelos nossos clientes.

Responsabilidade Social

É preocupação da TIIM (ex-CCSG), incentivar e responder às necessidades em mobilidade, com cariz social, económico e ambiental, promovendo e protegendo o direito ao trabalho, quer em matéria profissional quer familiar. Defendendo a igualdade no trabalho e no emprego, garantindo o bem-estar dos colaboradores tanto em direitos humanos como em igualdade de oportunidades.

Garantir a transparência, isenção e rigor nos negócios e na informação prestada a todos os intervenientes desde fornecedores, clientes, instituições financeiras e colaboradores.

Adotar e promover procedimentos ambientais em todas as áreas onde somos socialmente responsáveis.

Princípios e Valores

A TIIM (ex-CCSG) tem como princípios da sua missão, o desenvolvimento sustentável, os valores e compromissos do Pacto Mundial das Nações Unidas, nomeadamente:

- Respeito e proteção dos direitos humanos;
- Conduta ética;
- Cumprimento da lei e da outra regulamentação aplicável à atividade;
- Respeito pelas convenções e declarações reconhecidas internacionalmente;
- Respeito pelas partes interessadas;
- Responsabilização;
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente;
- Integração dos aspetos da responsabilidade social no sistema de gestão integrado;
- Atuação com transparência em todas as relações internas e externas.

A TIIM (ex-CCSG), na sua atividade, tem como valores:

- Excelência;
- Qualidade;
- Inovação;
- Rigor;
- Sustentabilidade.

Os valores pelos quais a Empresa se pauta, encontram-se consagrados no Código de Ética e Conduta da empresa-mãe, Horários do Funchal, S.A, constituindo uma referência fundamental para o desempenho da Empresa e dos colaboradores, bem como para o seu relacionamento social, institucional e ambiental.

Deveres e obrigações dos passageiros

- 1) O acesso aos serviços de transporte rodoviário regular de passageiros implica o cumprimento por parte dos passageiros do disposto nas presentes Condições Gerais e na demais legislação aplicável.
- 2) Nos termos do número anterior, os passageiros estão impedidos, designadamente, de:
 - a) Viajar sem título de transporte válido;
 - b) Recusar apresentar aos agentes de fiscalização ou aos motoristas o seu título de transporte, sempre que solicitado;
 - c) Utilizar título de transporte que não lhe pertença;
 - d) Entrar ou sair do autocarro fora das paragens;
 - e) Ocupar os lugares reservados a pessoas com mobilidade reduzida, grávidas e pessoas com crianças de colo, exceto se os mesmos não forem manifestamente necessários para o efeito;
 - f) Projetar para o exterior do veículo quaisquer objetos;
 - g) Subtrair, ou desviar os acessórios de segurança, como o martelo de emergência, cintos, autocolantes e outros, fixados na carroçaria para o fim a que se destinam;
 - h) Colocar nos locais, para tal reservados, volumes que, pelo seu conteúdo, natureza ou forma, possam cair ou perturbar os outros passageiros em caso de choque, paragem brusca ou outras causas;
 - i) Colocar volumes pesados ou sujos sobre os bancos ou apoiar os pés sobre os mesmos;
 - j) Desrespeitar a sinalética no interior do autocarro;
 - k) Desempenhar qualquer atividade, oferecer, ou promover, a prestação de qualquer serviço, próprio ou alheio, no interior dos autocarros, sem prévia autorização da TIIM;
 - l) Fazer peditórios, organizar coletas, recolher assinaturas ou realizar inquéritos sem autorização da TIIM;
 - m) Transportar animais de companhia ou de assistência em violação das condições estabelecidas na lei e nas presentes Condições Gerais;
 - n) Pendurar-se em qualquer dos acessórios do autocarro;
 - o) Proceder a qualquer espécie de publicidade e distribuir ou afixar cartazes, panfletos ou outras publicações sem autorização da TIIM;
 - p) Transportar armas, salvo se estiverem devidamente acondicionadas nos termos da legislação aplicável, ou tratando-se de agentes de autoridade;
 - q) Transportar matérias explosivas, incluindo material pirotécnico, substâncias facilmente inflamáveis, corrosivas ou radioativas;

- r) Transportar volumes que, pela sua natureza, forma, dimensão ou cheiro, possam causar incómodo aos outros passageiros ou danificar o material circulante;
 - s) Utilizar aparelhos sonoros ou fazer barulho de forma a incomodar os outros passageiros;
 - t) Praticar atos ou proferir expressões que perturbem a boa ordem dos serviços ou incomodem os outros passageiros;
 - u) Entrar nos autocarros quando a lotação estiver esgotada;
 - v) Viajar em condições de manifesta falta de higiene ou sob influência do álcool ou substâncias psicotrópicas;
 - w) Fumar ou usar cigarros eletrónicos;
 - x) Ingerir bebidas e/ou consumir alimentos a bordo.
- 3) Os passageiros devem respeitar as instruções dadas pelos agentes de fiscalização ou pelo motorista, no âmbito do exercício das suas funções.
- 4) Os agentes encarregues da fiscalização ou o motorista, podem recusar a admissão de passageiros nos serviços de transporte ou determinar a sua saída do autocarro, caso se verifique qualquer das situações elencadas na alínea 2), atrás descrita, e em caso de incumprimento dessa determinação, recorrer à força de segurança pública competente.
- 5) Quando, nos termos do número anterior, a atuação se dirigir a crianças deverá recorrer-se à força de segurança pública competente.
- 6) Os passageiros cuja saída seja determinada nos termos da alínea 4) não têm direito a qualquer reembolso do preço do título de transporte.

Direitos dos passageiros

Os passageiros têm os direitos constantes da legislação que estiver em vigor, cujos aspetos mais relevantes se encontram refletidos nos compromissos assumidos pela TIIM, através do cumprimento das condições de transporte em vigor, nomeadamente:

- a) Direito ao transporte: prestação do serviço de transporte com segurança e qualidade;
- b) Direito à não discriminação dos passageiros: no que se refere às condições de transporte oferecidas pela TIIM;
- c) Direito à assistência: assistência a todos os passageiros, sempre que tal se justifique, nomeadamente às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, inclusive as mulheres grávidas, idosos e pessoas com crianças, assim como, condições de acessibilidade nos autocarros;
- d) Direito à informação: informações claras e corretas sobre o serviço prestado, em situações normais ou de perturbação do serviço;
- e) Direito a reembolso do título de transporte: nos casos de cancelamento ou atraso à partida superior a 90 minutos, por questões imputáveis à TIIM, nos termos legais e definidos nas presentes Condições Gerais;
- f) Direito a indemnização: nos termos legais, designadamente, por danos patrimoniais e não patrimoniais, devidamente comprovados.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Apesar da empresa terminar a sua operação de transporte público coletivo de passageiros, ao que tudo indica, no decorrer do ano de 2024, pretendemos, em consonância com a empresa-mãe, continuar a transformar e melhorar os serviços com o objetivo de aumentar a produtividade e a competitividade da TIIM, nomeadamente:

1. Promover um serviço focado no Cliente:
 - Aumentar o nível de cumprimento da oferta de modo a proteger os nossos clientes;
 - Aumentar e melhorar a informação ao passageiro e o atendimento ao cliente;
 - Melhorar o conforto e salubridade.
2. Modernizar e qualificar a empresa:
 - Continuar a renovar sistemas de gestão e de monitorização;
 - Continuar a promover planos de formação de condução e primeiros socorros;
 - Incrementar a segurança.
3. Potenciar a eficiência e sustentabilidade:
 - Aumentar a produtividade e as receitas;
 - Reduzir a fraude e absentismo;
 - Melhorar os custos operacionais recorrendo a tecnologias inovadoras com a nova bilhética;
 - Otimizar consumos energéticos e de manutenção, apesar dos aumentos dos custos do material circulante;
 - Melhorar o desempenho operacional.



81 CURRAL DAS FREIRAS
V. EIRA DO SERRADO

INDICADORES RELEVANTES

INDICADORES RELEVANTES

DESCRIÇÃO	2023	2022	2019	Variação 2023/2022	
				Absoluta	%
EXPLORAÇÃO					
N.º de Viaturas	60	65	88	- 5	- 7,7%
Passageiros Transportados [*]	898 597	991 733	1 472 721	- 93 136	- 9,4%
Total de Km [*]	1 547 122	1 690 360	1 720 109	- 143 238	- 8,5%
Total de Viagens	56 761	57 818	59 580	- 1 057	- 1,8%
RECURSOS HUMANOS					
Exploração	61	62	67	- 1	- 1,6%
Administrativos	1	1	2	0	n.a.
N.º de Efetivos	62	63	69	- 1	- 1,6%
Efetivos / Viatura	1,03	0,97	0,78	+ 0,06	+ 6,5%

[*] O número de passageiros transportados e quilómetros percorridos no ano de 2022, incluem os dados registados com a atividade de turismo, a qual deixou de ser prestada em 2023 pela TIIM.

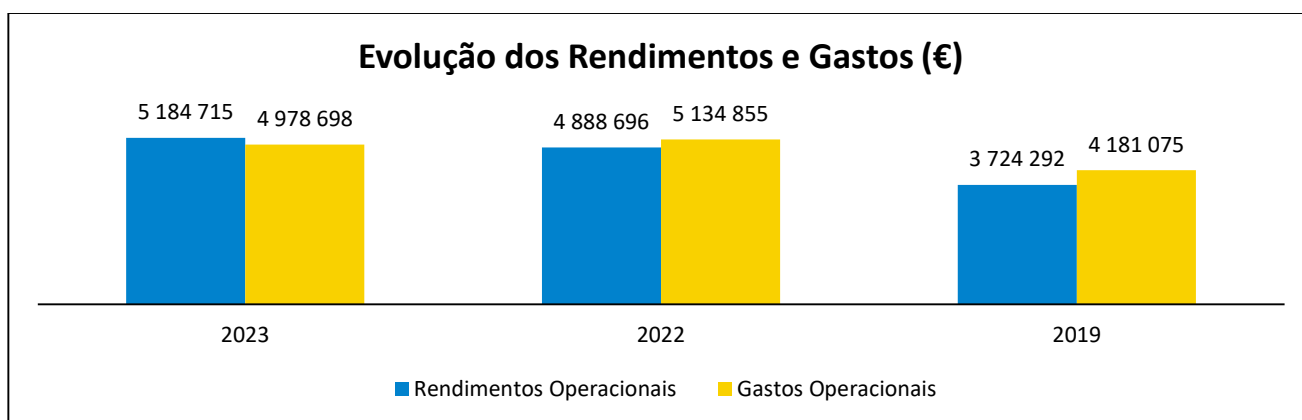
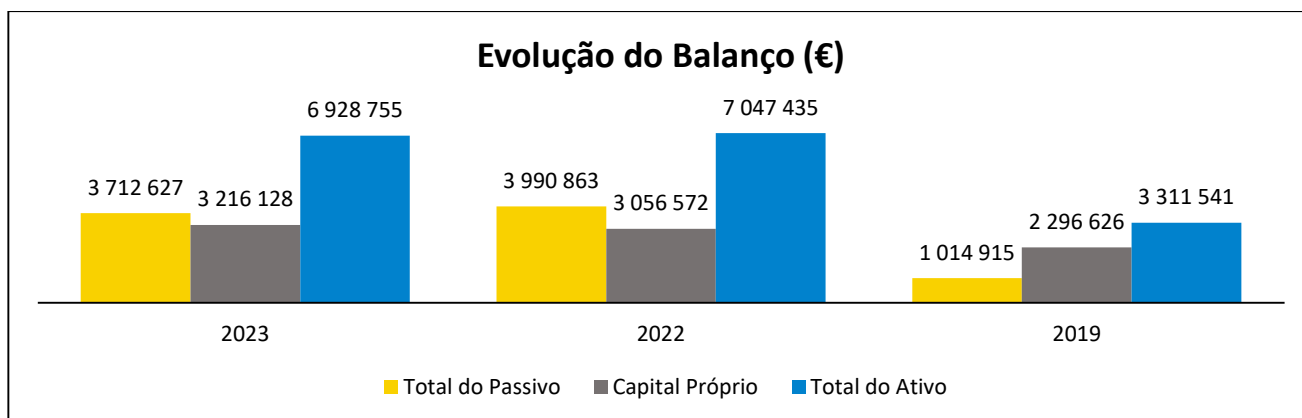
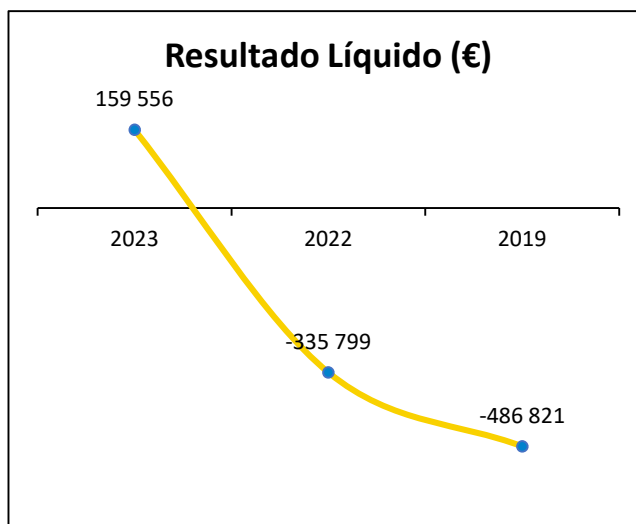
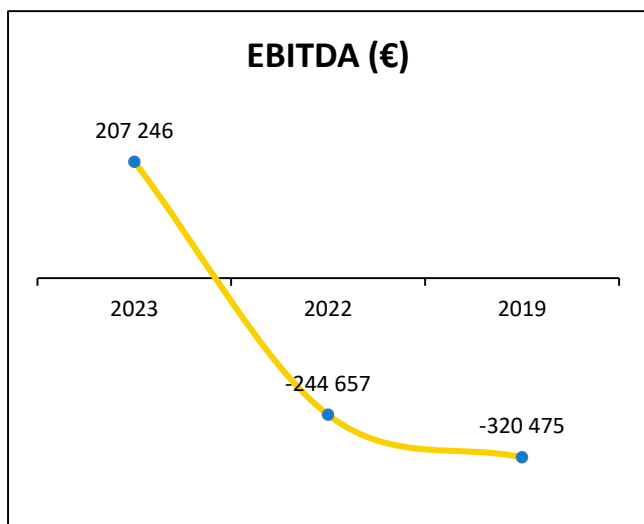
DESCRIÇÃO	2023	2022	2019	Variação 2023/2022	
				Absoluta	%
ESTRUTURA PATRIMONIAL					
Ativo não Corrente	4 396 756	4 453 079	2 000 463	- 56 323	- 1,3%
Ativo Corrente	2 531 999	2 594 355	1 311 079	- 62 356	- 2,4%
Total do Ativo	6 928 755	7 047 435	3 311 541	- 118 680	- 1,7%
Capital Próprio	3 216 128	3 056 572	2 296 626	+ 159 556	+ 5,2%
Passivo não Corrente	0	0	0	0	n.a.
Passivo Corrente	3 712 627	3 990 863	1 014 915	- 278 236	- 7,0%
Total do Passivo	3 712 627	3 990 863	1 014 915	- 278 236	- 7,0%

Valores em euros.

DESCRIÇÃO	2023	2022	2019	Variação 2023/2022	
				Absoluta	%
INDICADORES FINANCEIROS					
Volume de negócios	1 813 839	1 927 439	2 523 176	- 113 600	- 5,9%
Rendimentos Operacionais	5 184 715	4 888 696	3 724 292	+ 296 019	+ 6,1%
Gastos Operacionais	4 978 698	5 134 855	4 181 075	- 156 157	- 3,0%
Taxa cobertura (%)	104,14	95,21	89,07	+ 8,93 p.p.	+ 9,4%
EBITDA	207 246	-244 657	-320 475	+ 451 903	+ 184,7%
Resultado Líquido	159 556	-335 799	-486 821	+ 495 355	+ 147,5%

Valores em euros.

INDICADORES ECONÓMICOS





RELATÓRIO DE GESTÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO

Enquadramento

A generalidade dos indicadores estatísticos, relativos ao ano de 2023, mostra uma evolução positiva quando feita a comparação em termos homólogos.

O crescimento da atividade económica na Região, é evidenciada pelos aumentos verificados em grande parte dos indicadores económicos e traduzida igualmente pelo desempenho do Indicador Regional de Atividade Económica, que apresenta uma tendência de crescimento, derivado dos resultados positivos no turismo, do consumo privado e do investimento.

Em termos de média anual, em 2023, a taxa de desemprego na Região Autónoma da Madeira foi estimada em 5,9%, valor inferior em 1,1 p.p. face ao ano anterior. Trata-se do valor mais baixo da série iniciada em 2011. Isto só foi possível devido ao crescimento que se tem vindo a registar na atividade económica da Região, e, às grandes medidas de combate ao desemprego criadas e implementadas pelo Governo Regional da Madeira.

Em 2023, a taxa de inflação registada na Região foi de 5%, evidenciando que está em desaceleração.

No que diz respeito ao Turismo, sector core da RAM, em termos acumulados, o ano de 2023, o número de dormidas aumentou 2,9% face a 2022, e 40% face ao ano de 2019. Portanto, foi um ano muito bom para este setor.

Riscos associados à atividade

Os principais riscos da empresa com maior probabilidade de ocorrência e impacto, por tipos de riscos, são os seguintes:

Riscos Económicos:

- Dinâmica da procura por serviços de transportes públicos;
- Aumento do preço de custo de peças oficinais;
- Inovação tecnológica;
- Novas formas de trabalho com implicações na procura;
- Volatilidade dos mercados;
- Alterações legais;
- Alterações regulamentares europeias e nacionais.

Riscos Financeiros:

- Aumentos de preços de combustíveis e eletricidade;
- Aumento das taxas de juros;
- Risco de financiamento;

- Risco de liquidez.

Riscos Operacionais:

- Cibersegurança;
- Corrupção;
- Segurança das pessoas;
- Falhas de sistemas;
- Proteção de dados.

Riscos Jurídicos:

- Cumprimento com todas as normas legais afetas à operação da empresa.



1

EXPLORAÇÃO

1. EXPLORAÇÃO

898 597			56 761			1 547 122		
Passageiros Transportados			Viagens Realizadas			Quilómetros Percorridos		
2022:	↘	-27 395 -3,0%	2022:	↗	+115 +0,2%	2022:	↗	+24 420 +1,6%
2019:	↘	-200 023 -18,2%	2019:	↗	+453 +0,8%	2019:	↗	+43 805 +2,9%

1.1. Rede



Extensão

234,60 km



Carreiras

12



Paragens

1 156



Freguesias Servidas

13

1.2. Oferta

Ao longo do ano de 2023, o serviço regular das carreiras interurbanas decorreu dentro dos parâmetros de normalidade. O número de viagens realizadas atingiu o número de 56.761, mais 115 viagens (+0,2%) face a 2022. Com o aumento da oferta, todos os indicadores variaram no mesmo sentido, percorrendo um total de 1 547 122 quilómetros, um aumento de 24 420 (+1,6%) face ao ano anterior.

É importante referir, que em termos da rede de Oferta contemplada no Contrato de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros na Região Autónoma da Madeira, a Carreira 81 - Curral das Freiras, a partir de 31 de agosto de 2023, passou a integrar a rede de oferta da Horários do Funchal, S.A..

Quadro 1 - Oferta Serviço Interurbano

OFERTA INTERURBANA	2023	2022	2019	Variação 2023/2022	
				Absoluta	%
Viagens Realizadas	56 761	56 646	56 308	+ 115	+ 0,2%
Viagens Não Realizadas	27	36	27	- 9	- 25,0%
Taxa de Cumprimento (%)	99,95	99,94	99,95	+ 0,01 p.p.	n.a.
Viagens Atrasadas	7	33	7	- 26	- 78,8%
Taxa de Pontualidade (%)	99,99	99,94	99,99	+ 0,05 p.p.	+ 0,1%
Quilómetros úteis [4] (km)	1 384 706	1 376 317	1 374 152	+ 8 389	+ 0,6%
Quilómetros em vazio [5] (km)	162 416	146 385	129 165	+ 16 031	+ 11,0%
Total de quilómetros [6] (km)	1 547 122	1 522 702	1 503 317	+ 24 420	+ 1,6%
Quilómetros úteis [4] / [6] (%)	89,50	90,39	91,41	- 0,88 p.p.	- 1,0%
Quilómetros em vazio [5] / [6] (%)	10,50	9,61	8,59	+ 0,88 p.p.	+ 9,2%
Lotação Média	59	59	59	0	n.a.
LKO	81 697 655	81 202 679	81 074 997	+ 494 976	+ 0,6%

LKO - lugares por quilómetro oferecidos; p.p. - pontos percentuais.

1.3. Procura

Do lado da procura, no serviço interurbano, o número de passageiros transportados diminuiu 3,0%, resultando num decréscimo da taxa de ocupação para os 20,5%. O motivo principal destas alterações, fica a dever-se, em grande parte, à emigração da população das zonas rurais e do envelhecimento da mesma, sendo mais sedentária e adversa à mobilidade.

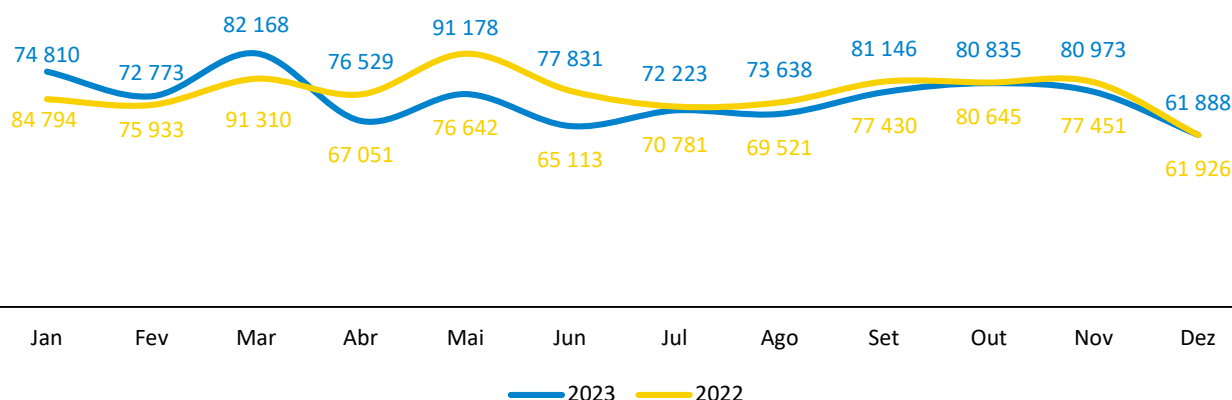
Quadro 2 - Procura Serviço Interurbano

PROCURA INTERURBANA	2023	2022	2019	Variação 2023/2022	
				Absoluta	%
Passageiros transportados	898 597	925 992	1 098 620	- 27 395	- 3,0%
Percurso médio p/ passageiro (km)	18,64	18,64	18,64	0,00	n.a.
PKT	16 749 848	17 260 491	20 478 277	- 510 643	- 3,0%
Taxa de ocupação (%)	20,5	21,26	25,26	- 0,76 p.p.	- 3,6%

PKT - passageiros por quilómetro transportados; p.p. - pontos percentuais.

Como podemos verificar no gráfico seguinte, o número de passageiros transportados em 2023 só foi inferior a 2022 a partir do mês de abril.

Gráfico 1 – Passageiros Transportados Serviço Interurbano



1.4. Fiscalização

De modo a garantir um serviço de transporte público de passageiros seguro e fiável, procedeu-se à fiscalização dos passageiros utilizadores das carreiras interurbanas. Estas ações de fiscalização têm grande importância no combate à fraude, pelo impacto negativo que esta tem nas receitas da empresa.

No total foram fiscalizados 47 097 passageiros (+55,3%), no decorrer de 5 048 viagens (+26,1%), o que representa uma taxa de fiscalização de 5,24% e 8,89%, respetivamente, face ao ano anterior. No total foram detetadas 14 infrações, mais 1 (+7,7%), em comparação com 2022.

Quadro 3 - Fiscalização

FISCALIZAÇÃO	2023	2022	2019	Variação 2023/2022	
				Absoluta	%
Viagens Fiscalizadas	5 048	4 002	7 306	+ 1 046	+ 26,1%
% de Viagens Fiscalizadas	8,89	7,06	12,98	+ 1,83 p.p.	+ 26,0%
Passageiros Fiscalizados	47 097	30 331	64 258	+ 16 766	+ 55,3%
% de Passageiros Fiscalizados	5,24	3,28	5,85	+ 1,96 p.p.	+ 59,8%
Fraudes	14	13	4	+ 1	+ 7,7%
% de Fraudes	0,03	0,04	0,01	- 0,01 p.p.	- 25,7%

p.p. - pontos percentuais.



2

RECURSOS HUMANOS

2. RECURSOS HUMANOS

62				0				16,21%			
Colaboradores				Gastos com o Pessoal (€)				Taxa de Absentismo			
2022:	↘	-1	-1,6%	2022:	↘	-1 882 971	-100,0%	2022:	↗	+ 4,12 p.p.	34,1%
2019:	↘	-7	-10,1%	2019:	↘	-1 726 281	-100,0%	2019:	↗	+ 6,20 p.p.	61,9%

2.1. Efetivo

O número de colaboradores no final de 2023 é de 62, cedidos pela empresa-mãe, dado que no mês de maio efetuou-se a transferência de todos os colaboradores da TIIM para a empresa-mãe (HF). Comparativamente ao ano de 2022, verificamos a diminuição de 1 posto de trabalho, devido à saída de um motorista.

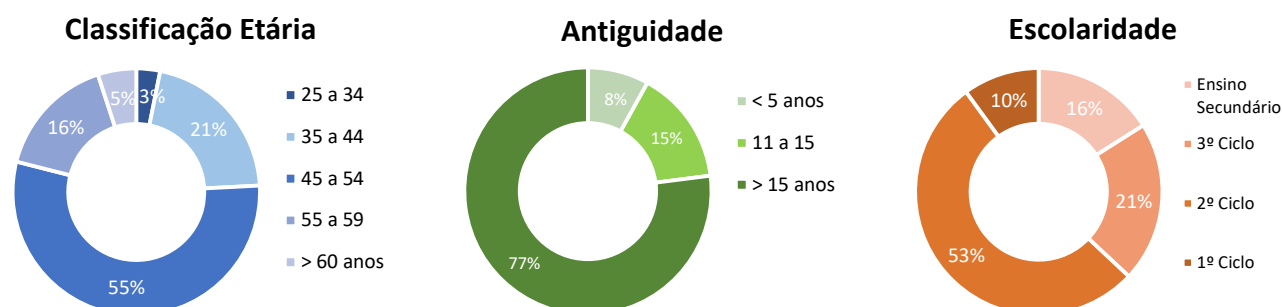
Quadro 4 - Efetivo

COLABORADORES	2023	2022	2019	Variação 2023/2022	
				Absoluta	%
EFETIVOS	0	63	69	- 63	- 100,0%
Chefia	0	1	1	- 1	- 100,0%
Outros administrativos	0	0	1	0	n.a.
Motoristas	0	59	64	- 59	- 100,0%
Formador	0	1	1	- 1	- 100,0%
Expedidor	0	2	2	- 2	- 100,0%
CEDIDOS POR HF	62	0	0	+ 62	n.a.
Chefia	1	0	0	+ 1	n.a.
Motoristas	58	0	0	+ 58	n.a.
Formador	1	0	0	+ 1	n.a.
Expedidor	2	0	0	+ 2	n.a.
Total Geral	62	63	69	- 1	- 1,6%

2.2. Caracterização dos Recursos Humanos

Relativamente à caracterização dos colaboradores, como podemos observar nos gráficos seguintes, verifica-se uma predominância na faixa etária dos 45 a 54 anos (55%). A maior parte dos colaboradores faz parte dos quadros da empresa há mais de 15 anos (77%) e cerca de metade (53%), tem apenas o 2º ciclo de escolaridade.

Gráfico 2 - Indicadores Demográficos



2.3. Gastos com o Pessoal

Nos Gastos com o Pessoal, verificou-se uma diminuição de €1 100 309 (-58,4%), face ao ano de 2022, que se justifica pela transferência de todos os colaboradores da TIIM para a empresa-mãe (HF), tal como referido no ponto 2.1.

Quadro 5 - Gastos com o Pessoal

GASTOS COM O PESSOAL	2023	2022	2019	Variação 2023/2022	
				Absoluta	%
Vencimento base	241 511	644 600	645 425	-403 089	-62,5%
Horas extras	277 332	257 371	241 911	19 961	7,8%
Outros	263 819	981 000	838 945	-717 181	-73,1%
Total	782 662	1 882 971	1 726 281	-1 100 309	-58,4%

Valores em euros.

2.4. Trabalho Suplementar

Devido à falta de motoristas, causado fundamentalmente pelo absentismo, o trabalho suplementar tem sido imprescindível para manter a regularidade do serviço interurbano, justificando assim o aumento de 2 533 horas (+11,3%) face ao ano de 2022.

Quadro 6 - Trabalho Suplementar

TRABALHO SUPLEMENTAR	2023	2022	2019	Variação 2023/2022	
				Absoluta	%
Exploração	24 822	22 395	22 079	2 427	10,8%
Administrativos	131	25	277	106	422,0%
Total	24 953	22 420	22 356	2 533	11,3%
Taxa de Trabalho Suplementar (%)	21,50	19,01	18,40	+ 2,49 p.p.	13,1%

p.p. - pontos percentuais.

2.5. Absentismo

O absentismo, é um indicador que tem sido alvo de monitorização devido à apresentação de variações significativas de ano para ano. Em 2023, registamos um aumento de 2 995 horas (+21,0%) do que no ano anterior. Em parte, este aumento é justificado pela existência de 4 colaboradores em situação de baixa prolongada por um período superior a 6 meses, situação que em anos anteriores não se verificava.

Quadro 7 - Absentismo

ABSENTISMO	2023	2022	2019	Variação 2023/2022	
				Absoluta	%
Horas de Absentismo	17 250	14 255	12 158	2 995	21,0%
Taxa de Absentismo Real (%)	16,21	12,09	10,01	+ 4,12 p.p.	34,1%

p.p. - pontos percentuais.

2.6. Formação Profissional

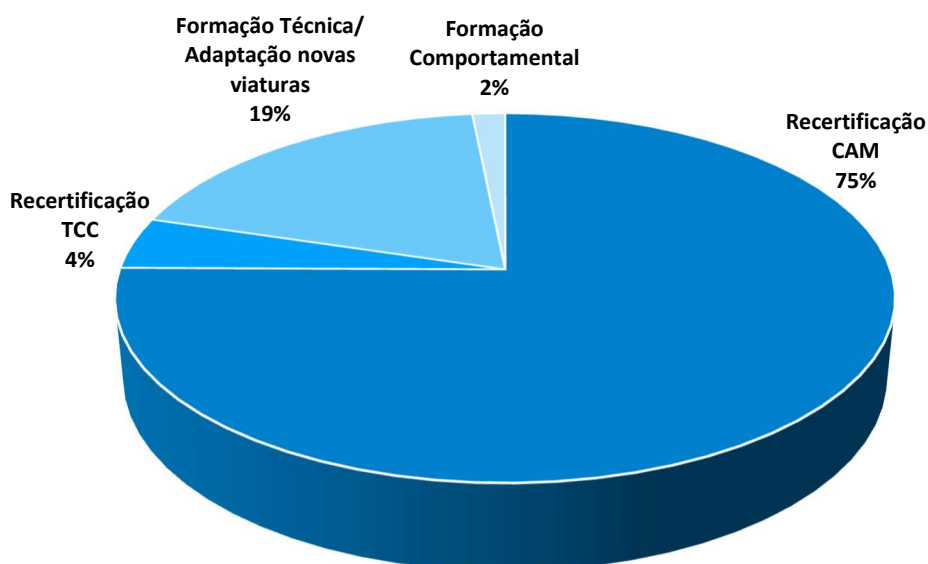
Apostando sempre na formação contínua e cumprindo o Plano de Formação Profissional, a TIIM voltou a ministrar formações aos colaboradores, através da realização de 23 cursos no âmbito da condução e certificação dos motoristas, os quais totalizaram 885 horas e contaram com a participação 75 formandos.

Quadro 8 - Formação Profissional

FORMAÇÃO PROFISSIONAL	2023	2022	2019	Variação 2023/2022	
				Absoluta	%
Total de Horas de Formação	885	1 187	837	- 302	- 25,4%
N.º de Cursos	23	23	6	0	n.a.
N.º de Formandos	75	130	21	- 55	- 42,3%

n.a. - não aplicável.

Gráfico 3 – Formação



2.7. Posto Clínico

De forma a garantir o bom estado de saúde dos colaboradores, a empresa-mãe mantém o posto médico dotado de equipamentos técnicos que permitem a realização de consultas de medicina do trabalho, serviços de enfermagem e rastreios periódicos. Durante o ano de 2023, realizou-se um total de 155 exames/consultas, mais 24 (+18,3%) do que o verificado em 2022, aos colaboradores cedidos à TIIM.

Quadro 9 - Posto Clínico

POSTO CLÍNICO	2023	2022	2019	Variação 2023/2022	
				Absoluta	%
Exames Médicos Periódicos	45	42	38	+ 3	+ 7,1%
Exames Médicos de Admissão	0	0	1	0	n.a.
Consultas de Medicina Curativa	99	75	0	+ 24	+ 32,0%
Consultas após doença	0	2	0	- 2	- 100,0%
Consultas após Acidente de Trabalho	2	7	0	- 5	- 71,4%
Consultas a pedido de colaborador	5	1	0	+ 4	+ 400,0%
Consultas a pedido de serviço	4	4	0	0	n.a.
Total	155	131	39	+ 24	+ 18,3%



3

GABINETE DE
RESPONSABILIDADES
E SEGURANÇA

3. GABINETE DE RESPONSABILIDADES E SEGURANÇA

2 Acidentes de Trabalho				86 Sinistros				2 Quedas			
2022:	↗	0	n.a.	2022:	↘	-35	-28,9%	2022:	↗	0	n.a.
2019:	↗	0	n.a.	2019:	↘	-30	-25,9%	2019:	↗	1	100,0%

3.1. Acidentes de Trabalho

No que diz respeito à segurança no trabalho, registou-se o mesmo número de acidentes que no ano transato, embora se tenha perdido menos 89 dias de trabalho.

Tendo em conta a constância registada nos acidentes de trabalho e as respetivas repercussões, compreende-se que os indicadores abaixo sejam, na sua maioria, favoráveis.

Quadro 10 - Acidentes de Trabalho

ACIDENTES DE TRABALHO	2023	2022	2019	Variação 2023/2022	
				Absoluta	%
N.º de Acidentes	2	2	2	0	n.a.
Dias Perdidos	209	298	67	- 89	- 29,9%
Trabalhadores	62	63	69	- 1	- 1,6%
Horas Trabalhadas	117 468	126 101	134 789	- 8 633	- 6,8%
Índice de Frequência	1,7	1,59	1,48	+ 0,11 p.p.	+ 6,9%
Índice de Gravidade	177,92	236,32	49,71	- 58,40 p.p.	- 24,7%
Índice de Avaliação de Gravidade	104,50	148,63	33,59	- 44,13 p.p.	- 29,7%
Índice de Incidência	3,23	3,17	2,90	+ 0,06 p.p.	+ 1,9%

Índice de Frequência: número de acidentes por 100.000 horas trabalhadas; Índice de Gravidade: número de dias perdidos por 100.000 horas trabalhadas; Índice de Avaliação de Gravidade: número médio de dias perdidos por acidente; Índice de Incidência: número de acidentes por 100 colaboradores; p.p. - pontos percentuais.

3.2. Sinistralidade

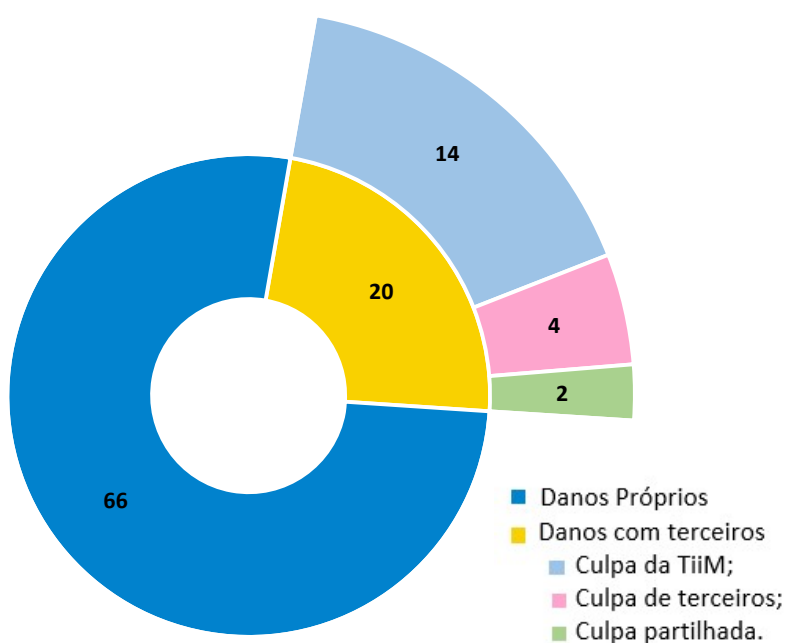
Na análise efetuada ao quadro de sinistralidade, verifica-se que o número total de participações diminuiu para 86 (-35 ocorrências) face ao ano de 2022, apesar da circulação rodoviária na Região estar cada vez mais difícil e congestionada, registando em 2023 um aumento de acidentes rodoviários. Do número de sinistros registado, 94,19% resultaram em encargos para a TIIM.

Relativamente às quedas, como fator de preocupação, mantivemos o número registado no ano anterior.

Quadro 11 - Sinistralidade

SINISTRALIDADE	2023	2022	2019	Variação 2023/2022	
				Absoluta	%
Danos Próprios	66	90	92	- 24	- 26,7%
Danos com Terceiros	20	31	24	- 11	- 35,5%
Responsabilidade de terceiros	4	19	14	- 15	- 78,9%
Responsabilidade partilhada	2	9	6	- 7	- 77,8%
Responsabilidade da TIIM	14	3	4	+ 11	+ 366,7%
Total de Participações	86	121	116	- 35	- 28,9%
% de Acidentes com encargos para TIIM	94,19	91,32	92,24	+ 0,03 p.p.	+ 3,1%
Quedas	2	2	1	0	n.a.

Gráfico 4 – Sinistralidade





4

MANUTENÇÃO

4. MANUTENÇÃO

60				668 902				889 133			
Frota				Custos de Manutenção (€)				Custos de Gasóleo			
2022:	↘	-5	-7,7%	2022:	↘	-464 200	-41,0%	2022:	↘	-281 841	-24,1%
2019:	↗	+1	+1,7%	2019:	↘	-230 741	-25,6%	2019:	↘	-42 482	-4,6%

4.1. Frota

A frota de autocarros do serviço interurbano é composta por 60 viaturas, com uma idade média de 25,13 anos. Comparado com o ano de 2022, houve uma diminuição de 5 viaturas nas carreiras interurbanas.

Ao longo de 2023, a empresa retirou do serviço de transporte de passageiros 11 viaturas, das quais, 4 foram abatidas, 4 foram transferidas para o serviço de turismo da Horários do Funchal, S.A. e 3 estão imobilizadas devido a avarias constantes resultantes do envelhecimento da frota. No entanto, acrescentou-se ao serviço 6 novas viaturas, que pertenciam anteriormente à operação urbana, de forma a manter a regularidade das carreiras que compõem o serviço interurbano.

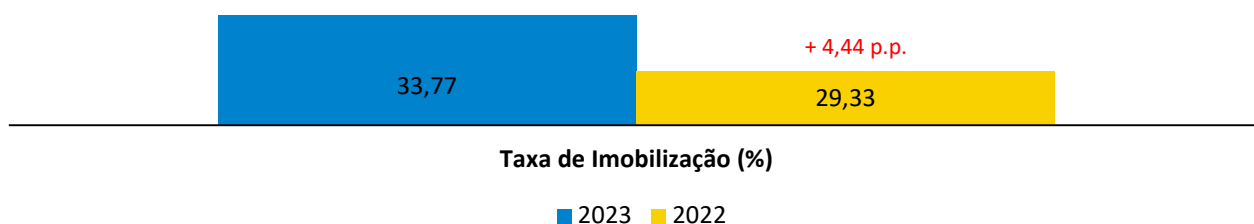
Quadro 12 - Frota

FROTA	2023		2022		2019		Variação 2023/2022	
	Quant.	Idade Média	Quant.	Idade Média	Quant.	Idade Média	Absoluta	%
Interurbana	54	27,81	65	27,42	59	27,92	- 11	- 16,9%
Interurbana "frota nova"	6	1,00	0	0,00	0	0,00	+ 6	n.a.
Total	60	25,13	65	27,42	59	27,92	- 5	- 7,7%

4.2. Taxa de Imobilização

Relativamente à taxa de imobilização do serviço interurbano, esta aumentou 4,44 pontos percentuais, situando-se agora nos 33,77%, o que indica que estiveram, em média, 14 autocarros imobilizados diariamente durante o ano. O agravamento da taxa, deve-se à idade das viaturas e à dificuldade no fornecimento de peças para a reparação das mesmas.

Gráfico 5 - Taxa de Imobilização



4.3. Manutenção Preventiva

A nível da manutenção preventiva, foram realizadas 122 revisões com um custo total de €58 360.

Quadro 13 - Manutenção Preventiva

MANUTENÇÃO PREVENTIVA	2023	2022	2019	Variação 2023/2022	
				Absoluta	%
Nº de Revisões	122	158	263	- 36	- 22,8%
Mão de Obra (€)	32 511	61 376	57 839	- 28 865	- 47,0%
Material (€)	24 013	33 845	25 630	- 9 832	- 29,1%
Serviços Externos (€)	1 835	3 164	0	- 1 329	- 42,0%
Custo Total (€)	58 360	98 385	83 469	- 40 025	- 40,7%

4.4. Custo de Manutenção

Durante o ano de 2023, os custos de manutenção e combustível foram de 1,5 milhões de euros, registando uma diminuição de 746 mil euros (-32,4%), aproximadamente, face ao ano de 2022. Os resultados obtidos resultam da introdução das novas viaturas ao serviço interurbano, as quais apresentam custos de manutenção e consumos inferiores às viaturas mais antigas que compõem a operação interurbana.

Quadro 14 - Custo total de Manutenção

CUSTOS MANUTENÇÃO TOTAL	2023	2022	2019	Variação 2023/2022	
				Absoluta	%
Nº de Obras	1 809	2 040	2 376	- 231	- 11,3%
Mão de Obra (€)	284 851	534 759	404 839	- 249 908	- 46,7%
Material (€)	360 359	563 195	467 814	- 202 836	- 36,0%
Serviços Externos (€)	23 692	35 148	26 989	- 11 456	- 32,6%
Total Manutenção (€)	668 902	1 133 102	899 643	- 464 200	- 41,0%
Gasóleo (€)	889 133	1 170 974	931 615	- 281 841	- 24,1%
Manutenção e Combustível (€)	1 558 035	2 304 076	1 831 258	- 746 041	- 32,4%



5

ENGENHARIA E
PRODUÇÃO

5. ENGENHARIA E PRODUÇÃO

883 914 Gasóleo (Litros)			4 887 Lavagens de Viaturas			2 390 Emissões de CO ₂ (Ton.)		
2022:	↘	-77 051 -8,0%	2022:	↘	-1 195 -19,6%	2022:	↘	-208 -8,0%
2019:	↘	-141 623 -13,8%	2019:	↘	-931 -16,0%	2019:	↘	-383 -13,8%

5.1. Lavagem de Viaturas

As viaturas que compõem as carreiras interurbanas são alvo de lavagens diárias, interior e exterior, bem como são desinfetadas. Este processo de higienização permite-nos manter um serviço de qualidade, que preza pela saúde e segurança dos seus utilizadores e colaboradores.

O número de lavagens, na frota interurbana, reduziu face ao ano de 2022, menos 1 195 lavagens (-19,6%), em parte devido à redução da frota.

Quadro 15 - Lavagem de Viaturas

LAVAGEM DE VIATURAS	2023	2022	2019	Variação 2023/2022	
				Absoluta	%
Interurbana	4 887	6 082	5 818	- 1 195	- 19,6%
Total	4 887	6 082	5 818	- 1 195	- 19,6%

5.2. Emissões de CO₂

Dado a diminuição do consumo de combustível já referida, verificou-se uma redução no consumo de TEP's e na produção de CO₂, na mesma proporção de 8,0%. Ainda assim, as emissões de CO₂ por passageiros e por quilómetros, praticamente não sofreram alteração face ao ano de 2022.

Quadro 16 - Emissões de CO₂

EMISSIONES DE CO ₂	2023	2022	2019	Variação 2023/2022	
				Absoluta	%
Consumo Gasóleo (L)	883 914	960 965	1 025 537	- 77 051	- 8,0%
TEP*	771	839	895	- 67	- 8,0%
Emissões (Ton. de CO ₂)	2 390	2 598	2 772	- 208	- 8,0%
Emissões por passageiro (Kg de CO ₂)	2,66	2,62	1,88	+ 0,04	+ 1,5%
Emissões por Km percorrido (Kg de CO ₂)	1,54	1,62	1,57	- 0,08	- 4,7%

*Tonelada equivalente de petróleo.



6

LOGÍSTICA

6. LOGÍSTICA

A TIIM – Transportes Integrados Intermodais da Madeira, S.A. no cumprimento do quadro legal é uma Entidade Adjudicante ao abrigo do artigo 2º, n.º 2 CCP.

Em 2023, a TIIM aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto, na sua atual redação à contratação pública que está submetida a esse regime jurídico e demais legislação de adaptação do CCP à Região, nomeadamente o Decreto-Legislativo Regional nº 34/2008 de 14 de agosto de 2008, com as recentes alterações pelo Decreto Legislativo Regional nº 6/2018/M de 15 de março.

Para a contratação pública inserida no âmbito do regime especial dos transportes, com valores abaixo dos limiares comunitários, por aplicação da alínea c) do nº 1 do artigo 9.º, artigo 11.º a contrário e artigo 12.º, todos do CCP, e que, como tal não tem aplicação a parte II do referido Código, foram aplicadas o Regulamento de Aquisições de Bens e de Serviços e de Realização de Empreitadas (RARE).

A TIIM, não possui os serviços de apoio habituais a uma operadora de transporte público, nomeadamente serviços de aprovisionamento. Para tal socorre-se nesta área, bem como todas as outras atividades que não a sua prestação do serviço ao cliente final nomeadamente serviços administrativos e de manutenção, aos serviços disponibilizados pela HF.

Desta forma é a HF que trata da logística da TIIM, faturando a esta a prestação dos seus serviços.

Os únicos fornecedores relevantes da TIIM são a HF e a CBK Madeira.

O novo regime jurídico dos transportes aconselhava prudência em matéria de investimentos. Desta forma a empresa optou por não efetuar qualquer investimento relevante em 2023.



7

COMERCIAL

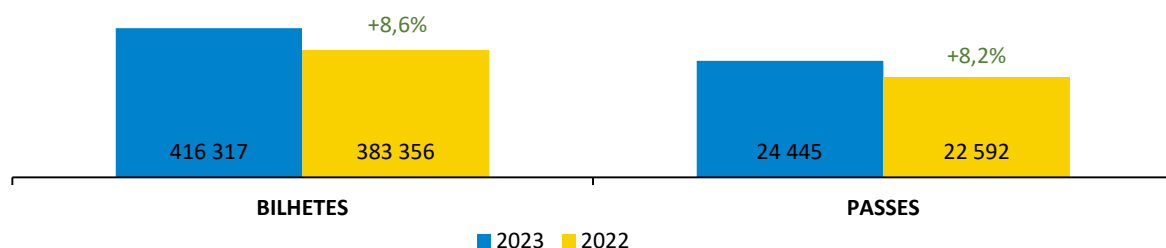
7. COMERCIAL

	416 317 Bilhetes			24 445 Passes			1 823 604 Receita (€)		
2022:	↗ +32 961	+8,6%		2022:	↗ +1 853	+8,2%	2022:	↗ +135 375	+8,0%
2019:	↘ -39 988	-8,8%		2019:	↗ +4 308	+21,4%	2019:	↘ -24 105	-1,3%

7.1. Receita do Serviço Interurbano

No seguimento da evolução da oferta e da procura já enunciadas no presente relatório, registaram-se variações positivas na venda de títulos de transporte, tendo sido vendidos 416 317 bilhetes e 24 445 passes, o que representa aumentos de 8,6% e 8,2%, respetivamente. Embora haja uma notória melhoria, ainda estamos distantes dos valores registados em 2019.

Gráfico 6 - Títulos de Transporte Vendidos



Em termos de receita, verificámos um aumento de €135 375 (+8,0%), sendo que o título que mais contribuiu para este aumento foi “Bilhetes de Bordo”, o que está correlacionado com a evolução do turismo na Região.

Quadro 17 - Receita Serviço Interurbano

RECEITA	2023	2022	2019	Variação 2023/2022	
				Absoluta	%
Bilhetes	1 072 233	976 817	1 058 460	+ 95 416	+ 9,8%
Bordo	1 055 115	953 029	1 051 101	+ 102 086	+ 10,7%
Pré-comprados e Multidias	17 118	19 997	3 436	- 2 880	- 14,4%
Eventuais	0	3 791	3 923	- 3 791	- 100,0%
Passes	751 372	711 412	789 249	+ 39 960	+ 5,6%
Social	508 400	484 320	515 323	+ 24 080	+ 5,0%
Sénior/Invalidez	74 807	56 715	46 411	+ 18 092	+ 31,9%
Pensionista/Antigo Combatente	27 069	28 171	13 150	- 1 102	- 3,9%
Estudante/Criança	121 548	127 242	204 907	- 5 694	- 4,5%
Sub23	19 548	14 964	9 458	+ 4 584	+ 30,6%
Total	1 823 604	1 688 229	1 847 709	+ 135 375	+ 8,0%

Valores em euros e com IVA.

7.2. Campanhas, Eventos e Promoção

Ao longo do ano de 2023, foram desenvolvidas algumas campanhas com vista à promoção da utilização do Transporte Público. Das demais atividades, destacam-se as seguintes:

- Campanha Mensal - Carregamento atempado do passe – Esta campanha já se encontra em vigor desde 20 de outubro de 2021 e todos os meses, a partir do dia 20, a empresa publica nas suas redes sociais lembretes para que os seus clientes carreguem o passe antes dos dias de maior afluência;
- Evento “Festa dos Compadres” – No mês de fevereiro, a empresa voltou a marcar presença na Festa dos Compadres, em Santana e convidou os seus utilizadores e seguidores, a se deslocarem ao local de transporte público;
- Festa da Ginja e Gastronomia – Realizaram-se duas viagens extra para o Curral das Freiras, no âmbito da comemoração supracitada;
- Serviço Eventual – Festa da Nossa Senhora do Livramento – À semelhança dos anos anteriores, criou-se um serviço adicional para a festa na freguesia do Curral das Freiras, onde se celebrou a Nossa Senhora do Livramento. Os eventos como este, devido ao elevado fluxo de pessoas, sofrem imensos constrangimentos ao nível de estacionamento de viaturas privadas e congestionamento de tráfego automóvel e, de modo a evitar esta situação caótica, a empresa apostou num serviço eventual, destinado ao transporte de passageiros de e para o centro do Funchal. Este serviço foi efetuado a 26 e 27 de agosto.
- Início da Campanha Viaje Mais, Pague Menos – Mudança tarifária – Esta campanha foi lançada em dezembro e teve o objetivo de anunciar as novas tarifas em vigor a partir de janeiro de 2024, bem como dar a conhecer as condições de acesso as mesmas.





8

TECNOLOGIA

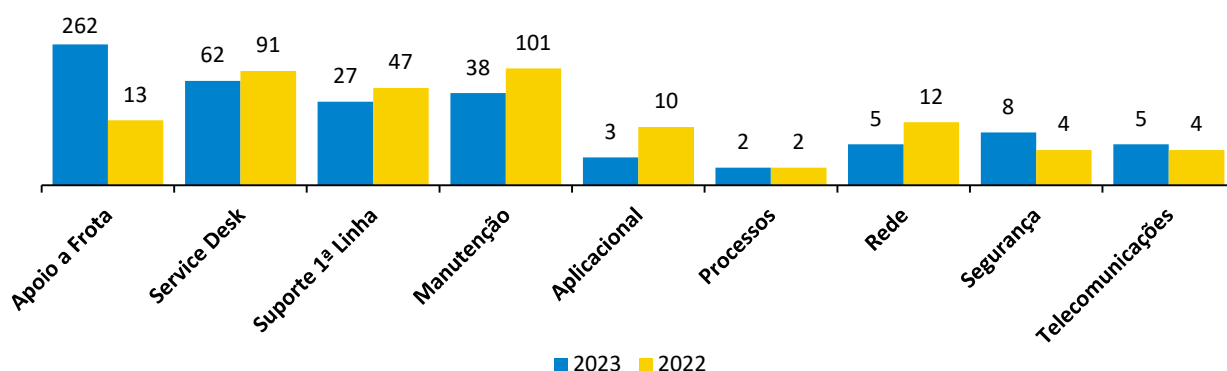
8. TECNOLOGIA

412				48				185			
Pedidos de Suporte				Assistência SAEIP				Intervenções Bilhética			
2022:	↗	+128	+45,1%	2022:	↗	+31	+182,4%	2022:	↗	+19	+11,4%
2019:	↘	-25	-5,7%	2019:	↘	-65	-57,5%	2019:	↘	-110	-37,3%

8.1. Suporte Técnico

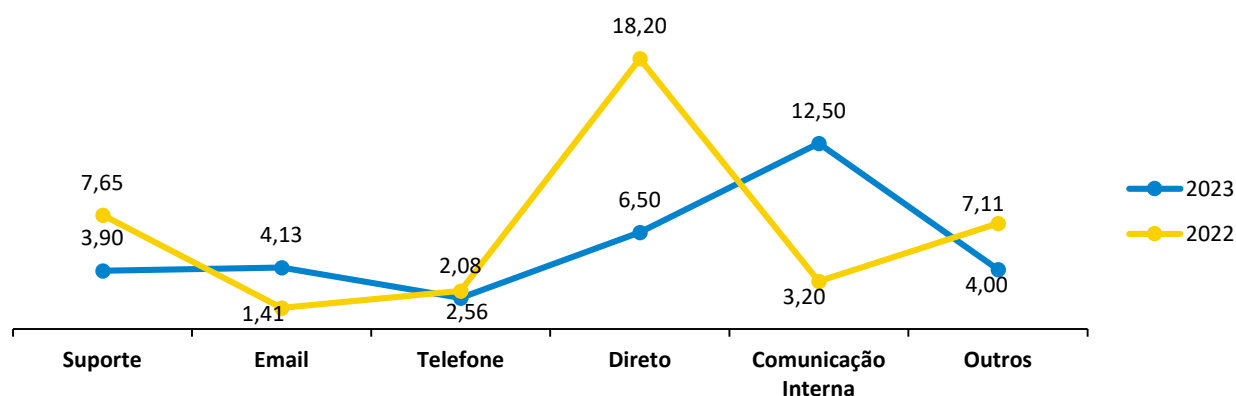
Foi dada continuidade ao suporte técnico, quer aos colaboradores quer à atividade da TIIM. Conforme o gráfico abaixo, foram registados 412 pedidos de suporte, mais 128 (+45,1%) que no ano anterior. O crescimento registado está associado ao apoio prestado a frota, que aumentou, exponencialmente, em 1.915,4%, devido à extinção da Secção de Manutenção Industrial e Eletrónica (SMIE) na HF.

Gráfico 7 - Suporte Técnico



Para a satisfação dos pedidos, foram gastas 1 349 horas de trabalho, o que se traduz num tempo médio de resposta que ronda as 4,75 horas. O gráfico seguinte, apresenta o tempo médio de resposta pelas diversas vias de comunicação:

Gráfico 8 – Tempo médio de resposta por vias de pedido (em horas)



8.2. Assistência SAEIP e Bilhética

Foi mantido o acompanhamento do processo de assistência técnica evolutiva do Sistema de Ajuda à Exploração e Informação aos Passageiros que contempla a atualização dos equipamentos embarcados, em parceria com a empresa TECMIC.

Registaram-se 4 anomalias nos painéis informativos e 44 na frota. Mais 3 (+300%) e 28 (+175%), do que no período homólogo, respetivamente. Quanto ao sistema de bilhética, foram realizadas 185 intervenções de manutenção, mais 19 (+11,4%) do que em 2022.

O aumento, no número de assistências SAE e Bilhética, deve-se à alteração de tarifários e percursos da rede interurbana (venda a bordo) e à extinção da Secção de Manutenção Industrial e Eletrónica (SMIE) da HF.

Quadro 18 - Assistência SAEIP e Bilhética

ASSISTÊNCIA	2023	2022	2019	Variação 2023/2022	
				Absoluta	%
SAE - Painéis	4	1	14	+ 3	+ 300,0%
SAE - Frota	44	16	99	+ 28	+ 175,0%
Bilhética	185	166	295	+ 19	+ 11,4%
Total	233	183	408	+ 50	+ 27,3%
SAE	48	17	113	+ 31	+ 182,4%

8.3. Segurança das TIC

No que diz respeito à segurança das TIC, realizaram-se atividades de manutenção, monitorização e ajustamentos das plataformas de defesa de perímetro (firewalls), de modo a assegurar o nível de proteção adequada ao funcionamento de todos os sistemas com ligações ao exterior.

Relativamente aos VPN's e acessos à Web, é feita uma gestão e monitorização dinâmica dos recursos que utilizam a internet, com vista a garantir os níveis de serviço adequado, em conformidade com as licenças disponíveis e com a atualização das regras de segurança em vigor.

Adicionalmente, realizou-se a 15 de junho uma ação de sensibilização em ciber-higiene e boas práticas de cibersegurança, de forma a dotar os colaboradores de mecanismos de defesa face às ameaças existentes e de quais as medidas de prevenção que devem adotar.



9

**ANÁLISE ECONÓMICA E
FINANCEIRA**

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

9.1. Rendimentos e Ganhos

As vendas e prestações de serviços, mostram-se inferiores em €113 600 (-5,9%) quando comparado com 2022, este resultado deve-se, essencialmente, à passagem do serviço de turismo à empresa-mãe.

Relativamente aos Subsídios à Exploração, verifica-se um aumento de €1 069 289 (+53,9%) face a 2022. Esta variação é fruto, fundamentalmente, do apuramento da reconciliação da compensação financeira de 2021, no valor de €841 841 mil euros, presente na assinatura do 8º Aditamento ao Contrato de Serviço Público.

Em suma, as rubricas Rendimentos e Ganhos totalizam €5 185 944, mais €295 448 (+6,0%) do que no ano transato.

Quadro 19 - Rendimentos e Ganhos

RENDIMENTOS E GANHOS	2023	2022	2019	Variação 2023/2022	
				Absoluta	%
Vendas e serviços prestados	1 813 839	1 927 439	2 523 176	- 113 600	- 5,9%
Subsídios à exploração	3 051 431	1 982 142	1 201 117	+ 1 069 289	+ 53,9%
Outros rendimentos e ganhos	320 674	980 915	13 761	- 660 241	- 67,3%
Total	5 185 944	4 890 496	3 738 053	+ 295 448	+ 6,0%

Valores em euros; n.a. - não aplicável.

9.2. Gastos e Perdas

No que diz respeito aos Gastos e Perdas, a rubrica “Fornecimento e serviços externos” apresenta uma das maiores variações registadas, sendo responsável por um aumento de €951 681 (+30,0%). O aumento em causa resulta, substancialmente, do aluguer de viaturas e da subcontratação de pessoal à empresa-mãe, ambos indispensáveis para o cumprimento do Contrato de Prestação de Serviço de Transporte Público.

Quadro 20 – Fornecimento e Serviços Externos

FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS	2023	2022	Variação 2023/2022	
			Absoluta	%
Subcontratos	532 875	269 086	+ 263 789	98,0%
Serviços Especializados	2 532 995	1 501 833	+ 1 031 162	68,7%
Materiais	2 228	2 931	- 703	-24,0%
Energia e Fluidos	827 803	1 171 424	- 343 621	-29,3%
Desloc., Estadas e Transportes	0	81	- 81	-100,0%
Diversos	224 662	223 526	+ 1 136	0,5%
Total	4 120 563	3 168 882	+ 951 681	30,0%

Valores em euros; n.a. - não aplicável.

Relativamente à rubrica “Gastos com o Pessoal”, conforme já mencionado anteriormente, em maio efetuou-se a transferência de todos os colaboradores à empresa-mãe, uma vez que se previa que os novos operadores assumiriam a responsabilidade pelas carreiras interurbanas, atribuídas à TIIM, a partir de julho. Nesse sentido, verifica-se uma diminuição de €1 100 309 (-58,4%).

Quadro 21 – Gastos com o Pessoal

GASTOS COM O PESSOAL	2023	2022	Variação 2023/2022	
			Absoluta	%
Gastos com Órgãos Sociais	300	2 250	- 1 950	-86,7%
Gastos com cargos de Direção	0	0	0	n.a.
Gastos com o pessoal				
Remuneração Base	231 343	642 350	- 411 007	-64,0%
Subsídio de Férias e Natal	10 232	295 603	- 285 371	-96,5%
Remunerações Adicionais	378 065	549 670	- 171 605	-31,2%
Ajudas de Custo	75	75	0	0,0%
Rescisões/indenizações	0	40 000	- 40 000	-100,0%
Benefícios pós-emprego	0	0	0	n.a.
Encargos sobre Remuneração	141 994	332 915	- 190 921	-57,3%
Seguros	15 976	14 801	+ 1 175	7,9%
Gastos Ação Social	0	857	- 857	-100,0%
Formação	1 370	1 901	- 531	-27,9%
Outros Gastos	3 307	2 550	+ 757	29,7%
Total Gasto com o Pessoal	782 662	1 882 971	- 1 100 309	-58,4%
N.º Total RH (O.S. + Cargos de Direção + Trabalhadores)	62	63	- 1	-1,6%
N.º Órgãos Sociais (O.S.)	0	0	0	n.a.
N.º Cargos de Direção sem O.S.	0	0	0	n.a.
Trabalhadores sem O.S. e sem Cargos de Direção	62	63	- 1	-1,6%

Valores em euros; n.a. - não aplicável.

Nas restantes rubricas, as variações são de menor relevância, fazendo assim com que a variação do total das rubricas de gastos e perdas seja negativa em €208 885 (-4,0%) quando comparado com o ano anterior.

Quadro 22 - Gastos e Perdas

GASTOS E PERDAS	2023	2022	2019	Variação 2023/2022	
				Absoluta	%
CMVMC	150	4 214	8 755	- 4 064	- 96,4%
Fornecimento e serviços externos	4 120 563	3 168 882	2 279 726	+ 951 681	+ 30,0%
Gastos com pessoal	782 662	1 882 971	1 726 281	- 1 100 309	- 58,4%
Gastos de depreciação e amortização	38 711	91 141	166 314	- 52 430	- 57,5%
Outros gastos e perdas	75 323	79 085	43 798	- 3 762	- 4,8%
Total	5 017 409	5 226 294	4 224 874	- 208 885	- 4,0%

Valores em euros.

9.3. Resultados

A TIIM – Transportes Integrados Intermodais da Madeira, S.A., fecha o ano de 2023 com um resultado líquido positivo de €159 556, representando uma melhoria de 147,5% face ao período homólogo de 2022.

Quadro 23 - Resultados

RESULTADOS	2023	2022	2019	Variação 2023/2022	
				Absoluta	%
EBITDA	207 246	-244 657	-320 475	+ 451 903	+ 184,7%
EBIT	168 535	-335 799	-486 789	+ 504 334	+ 150,2%
Resultado Líquido	159 556	-335 799	-486 821	+ 495 355	+ 147,5%

Valores em euros; n.a. - não aplicável.

9.4. Estrutura Patrimonial

No final de 2023, a estrutura patrimonial registava a seguinte composição:

Quadro 24 - Estrutura do Balanço

ESTRUTURA PATRIMONIAL	2023	2022	2019	Variação 2023/2022	
				Absoluta	%
Ativo não corrente	4 396 756	4 445 525	2 000 463	- 48 769	- 1,1%
Ativo corrente	2 531 999	2 601 910	1 311 079	- 69 911	- 2,7%
Total do Ativo	6 928 755	7 047 435	3 311 541	- 118 680	- 1,7%
Capital	5 000 000	5 000 000	5 000 000	0	n.a.
Resultados transitados	-4 763 535	-4 427 736	-5 036 660	- 335 799	- 7,6%
Outras variações no capital	2 820 107	2 820 107	2 820 107	0	n.a.
Resultado líquido	159 556	-335 799	-486 821	+ 495 355	+ 147,5%
Capital Próprio	3 216 128	3 056 572	2 296 626	+ 159 556	+ 5,2%
Passivo não corrente	0	0	0	0	n.a.
Passivo corrente	3 712 627	3 990 863	1 014 915	- 278 236	- 7,0%
Total do Passivo	3 712 627	3 990 863	1 014 915	- 278 236	- 7,0%

Valores em euros; n.a. - não aplicável.

Relativamente ao total do **capital próprio**, este apresenta um valor positivo de €3 216 128, registando um aumento de 5,2% relativamente ao período homólogo de 2022. Neste momento, o mesmo cumpre com o artigo 35º do CSC.

O total do **ativo**, apresenta um saldo positivo de €6 928 755, representando uma diminuição de 1,7%, quando comparado com 2022.

Por fim, o total do **passivo**, apresenta um montante de €3 712 627, apresentando uma diminuição de 7,0% face a 2022. Esta variação é consequência, sobretudo, da redução da dívida comercial, mais concretamente à empresa Horários do Funchal, S.A., empresa-mãe.

9.5. Endividamento

No que diz respeito à dívida comercial, a mesma diminuiu em €212 377 (5,9%), demonstrando o esforço efetuado pela empresa em fazer face aos seus compromissos. Em relação à dívida financeira da empresa, a mesma é nula. Em termos de Tesouraria, os compromissos assumidos para com terceiros foram cumpridos, com exceção da empresa Horários do Funchal, S.A., que são liquidados consoante as disponibilidades de tesouraria.

Quadro 25 - Endividamento

DÍVIDAS COMERCIAL E FINANCEIRA	2023	2022	2019	Variação 2023/2022	
				Absoluta	%
Comercial	3 375 913	3 588 290	908 701	- 212 377	- 5,9%
Financeira	0	0	0	0	n.a.
Total	3 375 913	3 588 290	908 701	- 212 377	- 5,9%

Valores em euros; n.a. - não aplicável.

9.6. Eficiência Operacional

No quadro seguinte, analisamos a eficiência operacional durante o ano de 2023.

Quadro 26 – Eficiência Operacional

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	2023	2022	2019	Variação 2023/2022	
				Absoluta	%
(1) Vendas e Serviços Prestados	1 813 839	1 927 439	2 523 176	- 113 600	- 5,9%
(2) Subsídios à Exploração	3 051 431	1 982 142	1 201 117	+ 1 069 289	+ 53,9%
(3) Volume de Negócios (VN) = (1) + (2)	4 865 270	3 909 580	3 724 292	+ 955 690	+ 24,4%
(4) CMVMC	150	4 214	8 755	- 4 064	- 96,4%
(5) FSE	4 120 563	3 168 882	2 279 726	+ 951 681	+ 30,0%
(6) Gastos com o Pessoal (*)	782 662	1 882 971	1 726 281	- 1 100 309	- 58,4%
(7) Gastos Operacionais (GO) = (4) + (5) + (6)	4 903 375	5 056 068	4 014 761	- 152 692	- 3,0%
(8) GO/VN = (7) / (3) (%)	100,78	129,33	107,80	- 28,55 p.p.	- 22,1%
(9) EBITDA Recorrente = (3) - (7)	-38 105	-1 146 487	-290 469,25	+ 1 108 382	+ 96,7%

(*) não inclui indemnizações; Valores em euros; p.p. - pontos percentuais.

PERSPETIVAS FUTURAS

Para o ano de 2024, não se prevê, nos próximos meses, um cessar-fogo entre a Rússia e a Ucrânia, e entre Israel e o Hamas, o que implicará continuar a haver um impacto direto negativo nos principais indicadores macroeconómicos, que não se esperam que voltem aos seus índices pré-conflito nos próximos tempos, impactando, dessa forma, a performance financeira derivada do aumento de preços de matérias-primas. Apesar de começarmos a assistir a uma desaceleração da taxa de inflação.

No que diz respeito à nossa operação prevemos uma forte adesão da população madeirense aos transportes públicos, devido à publicação da Portaria n.º 1110/2023, de 20 de dezembro, a qual implementa a extensão da gratuidade dos passes para os jovens entre os 13 e os 23 anos, que estejam matriculados numa instituição de ensino regional, no ano letivo a decorrer, bem como para os residentes na RAM com 65 anos ou mais.

Com a assinatura do 8º Aditamento ao Contrato de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros da Região Autónoma da Madeira, ficou vertido que a operação é garantida até finais de 2024.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO



O Conselho de Administração é responsável pela elaboração das Contas do Exercício, anexas a este relatório, as quais fornecem uma justa e apropriada imagem da situação do negócio e da atividade da empresa.

Na preparação das Contas foram utilizadas políticas contabilísticas e critérios apropriados, consistentes com os anos anteriores e com a legislação em vigor.

As demonstrações financeiras e os procedimentos de controlo interno foram revistos pelos auditores externos, não tendo sido identificadas distorções materialmente relevantes.

PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS



Propomos que o Resultado Líquido do exercício, positivo, no valor de €159 556,44, seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Funchal, 05 de março de 2024

O Conselho de Administração

Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves
(Presidente Executivo)

Susana Maria Florença Pinto Correia
(Vogal Executivo)

Duarte Leovigildo de Faria Sousa
(Vogal Executivo)

Donato Filipe Fernandes de Gouveia
(Vogal não Executivo)



Anexo I

Cumprimento das
Orientações Legais

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Resumo

No quadro seguinte está presente um breve resumo relativamente ao cumprimento das orientações legais.

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento	Quantificação/Identificação	Justificação
1. Objetivos de Gestão	S		
2. Metas a atingir constantes no PAO	N.A.		Não foram definidos para o exercício de 2023.
3. Gestão do Risco Financeiro	S		
4. Limites de Crescimento do Endividamento	N.A.		
5. Evolução do PMP a Fornecedores	S		Inferior a 60 dias, exceto para a empresa-mãe.
6. Divulgação de Atrasos nos Pagamentos	S		
7. Recomendações dos Acionistas na última aprovação de contas	N.A.		
8. Recomendações e Reservas na última CLC	N.A.		
9. Orientações sobre Remunerações/Honorários	S		
10. Aplicação do artigo 24.º-A do Estatuto do Gestor Público das Empresas Públicas da RAM	S		
11. Despesas não documentadas ou confidenciais	S		
12. Elaboração e Divulgação do Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção	S		
13. Contratação Pública	S		
14. Medidas de Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S		

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento	Quantificação/ Identificação	Justificação
15. Contratação de Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria	S		
16. Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo TdC	N.A.		
17. Elaboração e Divulgação do Plano para a Igualdade (artigo 48.º do RJSERAM)	S		
18. Elaboração e divulgação da Demonstração não Financeira	N		Não é obrigatório
19. Informação a constar no site institucional	S	50%	

1. Objetivos de Gestão

A TIIM – Transporte Integrados Intermodais da Madeira, S.A., segue como linha orientadora do Governo Regional da Madeira, o Contrato de Serviço Público assinado em 30 de outubro de 2017 e, paralelamente, o seu Plano de Atividades e Orçamento 2022-23, aprovado em Assembleia Geral.

No seguimento do parágrafo anterior e, nas circulares n.º 1/SRF/UT/2022 e n.º 3/SRF/UT/2023 e a sua adenda ao seu anexo, destacamos no quadro seguinte os indicadores e rácios financeiros mais relevantes que compõem o PAO 2022-23, os quais, no seu cômputo geral, apresentaram melhorias face ao previsto.

Indicadores e Rácios Financeiros	Resultado	PAO 2023	Variação Resultado/PAO	
			Absoluta	%
Volume de Negócios	1 813 839	1 958 981	- 145 142	- 7,4%
Rendimentos Operacionais	4 865 270	4 858 061	+ 7 209	+ 0,1%
Gastos Operacionais	4 903 375	5 174 655	- 271 280	- 5,2%
Taxa de Cobertura (GO/RO)	100,8%	106,5%	- 5,7 p.p.	- 5,4%
PMP (dias)	74	214	- 140	- 65,4%
Gastos Operacionais/EBITDA	2 366,0%	-7 940,2%	+ 10 306,2 p.p.	+ 129,8%
Gastos com o pessoal/EBITDA	377,6%	-1 756,9%	+ 2 134,5 p.p.	+ 121,5%
Gastos Aprovisionamento/EBITDA	0,1%	-6,8%	+ 6,9 p.p.	+ 101,1%
EBITDA / Receitas	11,4%	-3,3%	+ 14,7 p.p.	+ 446,2%
Autonomia Financeira = Capital Próprio / Ativo	46,4%	46,3%	+ 0,1 p.p.	+ 0,3%
Solvabilidade = Capital Próprio / Passivo	86,6%	86,2%	+ 0,4 p.p.	+ 0,5%
ROE = Resultado Líquido / Capital Próprio	5,0%	-6,1%	+ 11,1 p.p.	+ 181,3%
ROCE = EBIT / Gastos com o Pessoal	21,5%	-15,3%	+ 36,8 p.p.	+ 240,7%
ROA = Resultado Líquido / Ativo	2,3%	-2,8%	+ 5,1 p.p.	+ 182,2%

Além dos objetivos delineados no PAO, foram estabelecidos para o ano de 2023 objetivos e orientações estratégicas, tais como:

Objetivos	Indicador	Resultado	Meta 2023	Variação Resultado/Meta	
				Absoluta	%
Aumentar o número de passageiros transportados no serviço interurbano em 3%	N.º de passageiros	898 597	953 772	- 55 175	- 5,8%
Aumentar a receita da venda de títulos de transporte em 1%	Valor das receitas	1 823 604	1 705 111	+ 118 493	+ 6,9%
Diminuir o número de acidentes de trabalho em 2%	N.º de acidentes	2	2	0	n.a.
Diminuir o número de sinistros de trabalho em 2%	N.º de sinistros	86	119	- 33	- 27,7%
Diminuir o número de quedas de trabalho em 2%	N.º de quedas	2	2	0	n.a.
Diminuir o número de horas extras em 7,5%	N.º de horas	24 953	20 739	+ 4 214	+ 20,3%

Em relação ao número de passageiros, houve um decréscimo face ao ano de 2022, resultado da emigração da população das zonas rurais e do envelhecimento da mesma, sendo mais sedentária e adversa à mobilidade, deixando-nos aquém do objetivo proposto. Contudo, devido à implementação da extensão da gratuidade dos passes para os jovens entre os 13 e os 23 anos, que estejam matriculados numa instituição de ensino regional, no ano letivo a decorrer, bem como para os residentes na RAM com 65 anos ou mais, prevemos que para 2024 conseguiremos melhorar este indicador.

As receitas da venda de títulos de transporte foram influenciadas positivamente pela evolução do turismo na Região, impactando no aumento do número de bilhetes vendidos à bordo, sendo este o grande responsável pela superação do objetivo proposto.

No que diz respeito aos acidentes de trabalho, registou-se o mesmo número de acidentes estipulado como objetivo do ano, comprovando o cumprimento do objetivo estipulado.

Na análise efetuada ao número de sinistralidade, verifica-se que o número total de participações diminuiu para 86 (-33 ocorrências) face ao objetivo delineado, apesar da circulação rodoviária na Região estar cada vez mais difícil e congestionada, logo o objetivo proposto foi largamente superado.

Relativamente às quedas, como fator de preocupação, registou-se o mesmo número de acidentes estipulado como objetivo do ano, comprovando o cumprimento do objetivo estipulado.

Por fim, devido à falta de motoristas, causado fundamentalmente pelo absentismo, o trabalho suplementar tem sido imprescindível para manter a regularidade do serviço interurbano, justificando assim o acréscimo de 4 214 horas (+20,3%) face ao objetivo proposto.

2. Metas a atingir constantes no PAO

2.1. Atividades Previstas

Na Atualização do PAO 2022-23, não estavam definidas atividades a ser desenvolvidas.

2.2. Princípios financeiros de referência

No quadro seguinte comparam-se os resultados obtidos com os resultados esperados no PAO 2022-23.

Princípios Financeiros de referência	PAO 2023	Resultado	Variação	Desvio (%)
EBITDA	-65 170,06	207 245,77	+ 272 415,83	+ 418,0%
Resultado Operacional	-175 156,14	168 534,69	+ 343 690,83	+ 196,2%
Resultado Líquido	-175 156,14	159 556,44	+ 334 712,58	+ 191,1%

2.3. Investimento

No PAO 2022-23, não estava previsto qualquer tipo de investimento tendo em conta o fim da operação da TIIM.

2.4. Gastos com o Pessoal e Mapa de Pessoal

No quadro seguinte comparam-se os Gastos com o Pessoal com os esperados no PAO 2022-23.

Gastos com o Pessoal	PAO 2023	Resultado	Variação	Desvio (%)
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	0,00	300,00	+ 300,00	n.a.
Remunerações do pessoal				
Remuneração base	260 055,61	241 210,96	- 18 844,65	- 7,2%
Subsídio de Natal	28 766,26	364,04	- 28 402,22	- 98,7%
Mês de férias	38 700,13	0,00	- 38 700,13	- 100,0%
Subsídio de Férias	35 354,96	0,00	- 35 354,96	- 100,0%
Despesas de Representação	0,00	0,00	0,00	n.a.
Subsídio de Refeição	39 715,50	34 736,65	- 4 978,85	- 12,5%
Gratificações	0,00	0,00	0,00	n.a.
Suplementos e prémios	3 444,80	11 683,17	+ 8 238,37	+ 239,2%
Outras	0,00	0,00	0,00	n.a.
Abonos variáveis ou eventuais	148 294,34	331 720,40	+ 183 426,06	+ 123,7%
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	n.a.
Indemnizações	460 000,00	0,00	- 460 000,00	- 100,0%
Encargos sobre remunerações	122 202,46	141 993,60	+ 19 791,14	+ 16,2%
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	4 224,49	15 976,22	+ 11 751,73	+ 278,2%
Gastos de ação social	903,68	0,00	- 903,68	- 100,0%
Outros gastos com pessoal	3 295,79	4 677,39	+ 1 381,60	+ 41,9%
Outros encargos sociais	0,00	0,00	0,00	n.a.
Total	1 144 958,02	782 662,43	- 362 295,59	- 31,6%

No quadro seguinte compara-se o Mapa de Pessoal com o esperado no PAO 2022-23.

Mapa de Pessoal	PAO 2023	Resultado	Variação	Desvio (%)
Administrativos	5	0	- 5	- 100,0%
Motoristas	0	0	0	n.a.
Formador	0	0	0	n.a.
Expedidor	0	0	0	n.a.
Total	5	0	- 5	- 100,0%

2.5. Nível de Endividamento

No quadro seguinte compara-se o Nível de Endividamento com o esperado no PAO 2022-23.

Endividamento	PAIO 2023	Resultado	Variação	Desvio (%)
Dívida Financeira	0	0	0	n.a.
Dívida Comercial	3 252 892	3 375 913	123 021	+ 3,8%

2.6. Grau de Execução do orçamento carregado no SIGO/SOE

Não se aplica.

3. Gestão do Risco Financeiro

Aplicam-se as mesmas medidas que na empresa-mãe, no entanto a TIIM não recorreu a qualquer instrumento financeiro.

Gestão do Risco Financeiro	Cumprimento	Descrição
Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva: - Diversificação de instrumentos financeiros; - diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis; - diversificação de entidades credoras; - contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado.	S	- Abertura de contras de depósito a prazo a 3 e 6 meses; - entidades credoras diversificadas;
Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes: - Consolidação do passivo remunerado (transformação do passivo curto em M/L prazo; - Contratação da operação que minimiza o custo financeiro da operação; - Minimização da prestação de garantias reais; - Minimização de cláusulas restritivas.	S	- Empréstimos sem garantias reais ou <i>covenants</i>;
Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura Financeira da empresa: - Adoção de políticas que minimizem a afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos; - Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, que beneficiam de Fundos Comunitários e de Capital Próprio; - Utilização de autofinanciamento e de receitas de desinvestimento.	S	- Liquidação das contas correntes caucionadas; - utilização de capitais próprios;
Inclusão no R&C: - Descrição da evolução da taxa média de financiamento nos últimos 5 anos; - Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos; - Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro;	S	-
Reflexão nas DFs do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira	NA	-

4. Limites de Crescimento do Endividamento

Não foram definidos limites para o exercício de 2023.

5. Evolução do PMP a Fornecedores

O Prazo Médio de Pagamentos apenas é superior a 60 dias quando temos em conta a dívida para com a empresa-mãe, pois as dívidas com os demais fornecedores, são regularizadas em períodos inferiores, conforme podemos verificar no quadro seguinte.

PRAZOS MÉDIOS (dias)	2023	2022	2019	Variação 2023/2022	
				Absoluta	%
PMP	74	231	75	- 157	- 68,0%
PMP (sem HF)	15	22	22	- 7	- 31,8%

6. Divulgação de Atrasos nos Pagamentos

Os pagamentos em atraso distribuem-se da seguinte forma:

Atrasos nos Pagamentos	0 - 90 dias	90 - 120 dias	120 - 240 dias	240 - 360 dias	> 360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	896 733,08	393 781,32	734 332,27	1 300 381,18	0,00
Aquisição de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	896 733,08	393 781,32	734 332,27	1 300 381,18	0,00

O quadro acima contempla as transações realizadas com a empresa-mãe que, conforme mencionado no ponto anterior, são regularizadas conforme disponibilidade financeira da empresa. No entanto, as transações com os demais fornecedores, são regularizadas em períodos muito inferiores, de forma a fortalecer a relação com os mesmos, possibilitando prazos de pagamento mais alargados.

7. Recomendações dos Acionistas na última aprovação de contas

Na Assembleia Geral que aprovou as contas do exercício de 2022, não foram feitas quaisquer recomendações.

8. Recomendações e Reservas na última CLC

Na CLC das contas do exercício de 2022, não foram feitas quaisquer recomendações e/ou reservas.

9. Orientações sobre Remunerações/Honorários

9.1. Assembleia Geral

No quadro seguinte descrevem-se os elementos da Mesa da Assembleia Geral e respetivas remunerações.

Mesa da Assembleia Geral	Cargo	Mandato	Valor da Senha	Valor Bruto
António José Jardim Faria	Presidente	2022-24	0,00	0,00
António Manuel Pita Rentróia	Secretário	2022-24	150,00	300,00
Gabriel de Lima Farinha	Secretário	2022-24	150,00	300,00
Total			300,00	600,00

9.2. Conselho de Administração

O Conselho de Administração não é remunerado e todas as despesas são assumidas pela empresa-mãe.

No quadro seguinte estão descritas as acumulações de funções do Conselho de Administração.

Acumulação de Funções	Entidade	Função	Regime	Autorização
Alejandro M. G. Gonçalves	HF	Presidente Executivo	Público	AG 17/12/2021
Susana M. F. P. Correia	HF	Vogal Executivo	Público	AG 17/12/2021
Duarte L. F. Sousa	HF	Vogal Executivo	Público	AG 17/12/2021
Ricardo N. P. Abreu (*)	HF	Vogal não Executivo	Público	AG 17/12/2021
	SREM	Técnico Especialista	Público	D 12/11/2019
Donato F. F. Gouveia	HF	Vogal não Executivo	Público	AG 17/12/2021
	SRF	Técnico Especialista	Público	D 19/11/2021

(*) O vogal pediu a renúncia no dia 30 de novembro de 2023.

9.3. Fiscal Único

Na TIIM, o Fiscal Único é simultaneamente o Auditor Externo.

SROC	Nº OROC	Nº CMVM	Data da Contratação	Duração do Contrato	Nº anos na HF	Nº anos na SROC
BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.	29	20161384	31/03/2022	3	8	41
Representado por Dr. º António José Correia de Pina Fonseca	949	20160566	31/03/2022	3	8	-

No quadro seguinte descrevem-se todos os serviços e respetivos custos contratados ao Fiscal Único/ROC.

Remunerações	Valor
Revisão Legal Contas Anuais	2 475,00
Outros Serviços	3 050,00
Total	5 525,00

Valores em euros.

10. Aplicação do artigo (24.º-A do Estatuto do Gestor Público das Empresas Públicas da RAM)

10.1. Não são utilizados cartões de crédito pelo Conselho de Administração.

10.2. Não são reembolsadas ao Conselho de Administração quaisquer despesas de âmbito pessoal.

10.3. Gastos com Comunicações

Todas as despesas são assumidas pela empresa-mãe.

10.4. Gastos associados a Viaturas

Todas as despesas são assumidas pela empresa-mãe.

11. Despesas não documentadas ou confidenciais (nº 2 do artigo 15.º do RJSERAM e do artigo 8.º do Estatuto do Gestor Público das Empresas Públicas da RAM)

Não foram realizadas despesas não documentadas ou confidenciais.

12. Elaboração e Divulgação do Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção

Neste âmbito, será aplicado o exposto no relatório da empresa-mãe. O Relatório está divulgado no site da HF, e pode ser consultado através do link:

http://www.horariosdofunchal.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=2505&Itemid=471

13. Contratação Pública

13.1 Procedimentos

No quadro seguinte descreve-se a aplicação das normas de contratação pública nos procedimentos da TIIM.

N.º Procedimento	Objeto do Procedimento	Tipo de Procedimento	Base Legal
001/DL/2023/SG	Serviços de Assessoria Jurídica para a elaboração de Contrato de Prestação de serviço público ou de interesse geral	Ajuste Direto	CCP
002/DL/2023/TIIM	Infraestrutura Computacional	Consulta Prévia	CCP

13.2. Todos os procedimentos para a contratação de bens e serviços seguem os mesmos trâmites da empresa-mãe.

13.3. No exercício de 2023, nenhum procedimento atingiu o valor de 5 milhões de euros.

14. Medidas de Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais das Empresas Públicas

No quadro seguinte descreve-se a eficiência operacional no período 2020 a 2023, bem como uma previsão para 2024.

Eficiência Operacional	Previsão 2024	2023	2022	2021	2020	Variação	Desvio (%)
Vendas e Serviços Prestados	1 570 923	1 813 839	1 927 439	1 528 335	1 242 330	+ 242 916	+ 15,5%
Subsídios à Exploração	3 186 008	3 051 431	1 982 142	1 529 883	1 695 990	- 134 577	- 4,2%
Volume de Negócios	4 756 931	4 865 270	3 909 581	3 058 218	2 938 320	+ 108 339	+ 2,3%
CMVMC	120	150	4 214	29 357	8 584	+ 30	+ 24,9%
Fornec. e Serv. Externos	3 653 485	4 120 563	3 168 882	2 740 291	2 050 993	+ 467 078	+ 12,8%
Gastos com o Pessoal	0	782 662	1 882 971	1 572 901	1 541 033	+ 782 662	n.a.
Gastos Operacionais	3 653 605	4 903 375	5 056 067	4 342 549	3 600 610	+ 1 249 771	+ 34,2%
Gastos/Rendimentos	76,81%	100,78%	129,33%	142,00%	122,54%	- 0,24 p.p.	- 23,8%
EBITDA Recorrente	1 103 326	-38 105	-1 146 486	-1 284 331	-662 290	- 1 141 432	- 103,5%

15. Contratação de Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria

No exercício de 2023, apenas foi contratado um serviço de consultoria que se justifica pelo facto de a TIIM não ter capacidade de satisfazer a necessidade por via dos recursos próprios.

16. Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo TdC

No exercício de 2023, não foram realizadas auditorias pelo TdC.

17. Elaboração e Divulgação do Plano para a Igualdade (artigo 48.º do RJSERAM)

Neste âmbito, será aplicado o exposto no plano da empresa-mãe. O Plano para a Igualdade está divulgado no site da HF, e pode ser consultado através do link:

<http://www.horariosdofunchal.pt/images/stories/pdf/Planoligualdade.pdf>

18. Elaboração e divulgação da Demonstração não Financeira

Devido à dimensão, a TIIM não é obrigada a elaborar um relatório de sustentabilidade.

19. Informação a constar no site institucional

A TIIM não dispõe de site próprio, sendo tudo publicado no site da empresa-mãe. No quadro seguinte descreve-se o cumprimento da divulgação da informação no site da HF.

Informação a constar no site institucional	Divulgação		Comentário
	Cumprimento	Última Atualização	
Orientações estratégicas	N	-	-
Orientações setoriais	N.A.	-	Não foram definidas para o exercício de 2023.

Informação a constar no site institucional	Divulgação		Comentário
	Cumprimento	Última Atualização	
Orientações que compreendem a aprovação de critérios de determinação do vencimento, benefícios e regalias dos gestores públicos, bem como a definição de indicadores para a classificação das empresas públicas regionais, que vinculam o representante da Região nas deliberações dos sócios	N		
Composição da sua estrutura societária	S		
Identificação das participações sociais que detêm	S		
Aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou funcional	N.A.		
Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo (exceto nos casos em que se aplica o n.º 3 do artigo 42.º do RJSERAM)	N.A.		
Grau de execução dos objetivos fixados, a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar	N.A.		
Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimentos e as fontes de financiamento (exceto nos casos em que se aplica o n.º 3 do artigo 42.º do RJSERAM)	N		
Orçamento anual e plurianual (exceto nos casos em que se aplica o n.º 3 do artigo 42.º do RJSERAM)	N		
Documentos anuais de prestação de contas	S		
Relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios dos órgãos de fiscalização	S		
Identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais, designadamente do órgão de administração, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios	N		Incluídos nos Relatórios de Governo da Sociedade anuais.
Relatório de Sustentabilidade	N		
Relatórios anuais de Execução do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de factos mencionados na alínea g) do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro	S		
Códigos de Ética	S	Out/2023	
Obrigações de serviço público a que está sujeita e termos contratuais da prestação do serviço público	N		Cumpre-se o previsto no Contrato de SP e respetivas Adendas.
Modelo de financiamento subjacente e apoios financeiros recebidos da Região nos últimos três exercícios	N		
Estatutos	S		
Informação Financeira histórica e atual	S		Incluídos nos R&C anuais.
Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	N		

*Estamos a desenvolver novo website com vista a que conseguir divulgar toda a informação da empresa no mesmo, dado que o site atual apresenta muitas limitações.

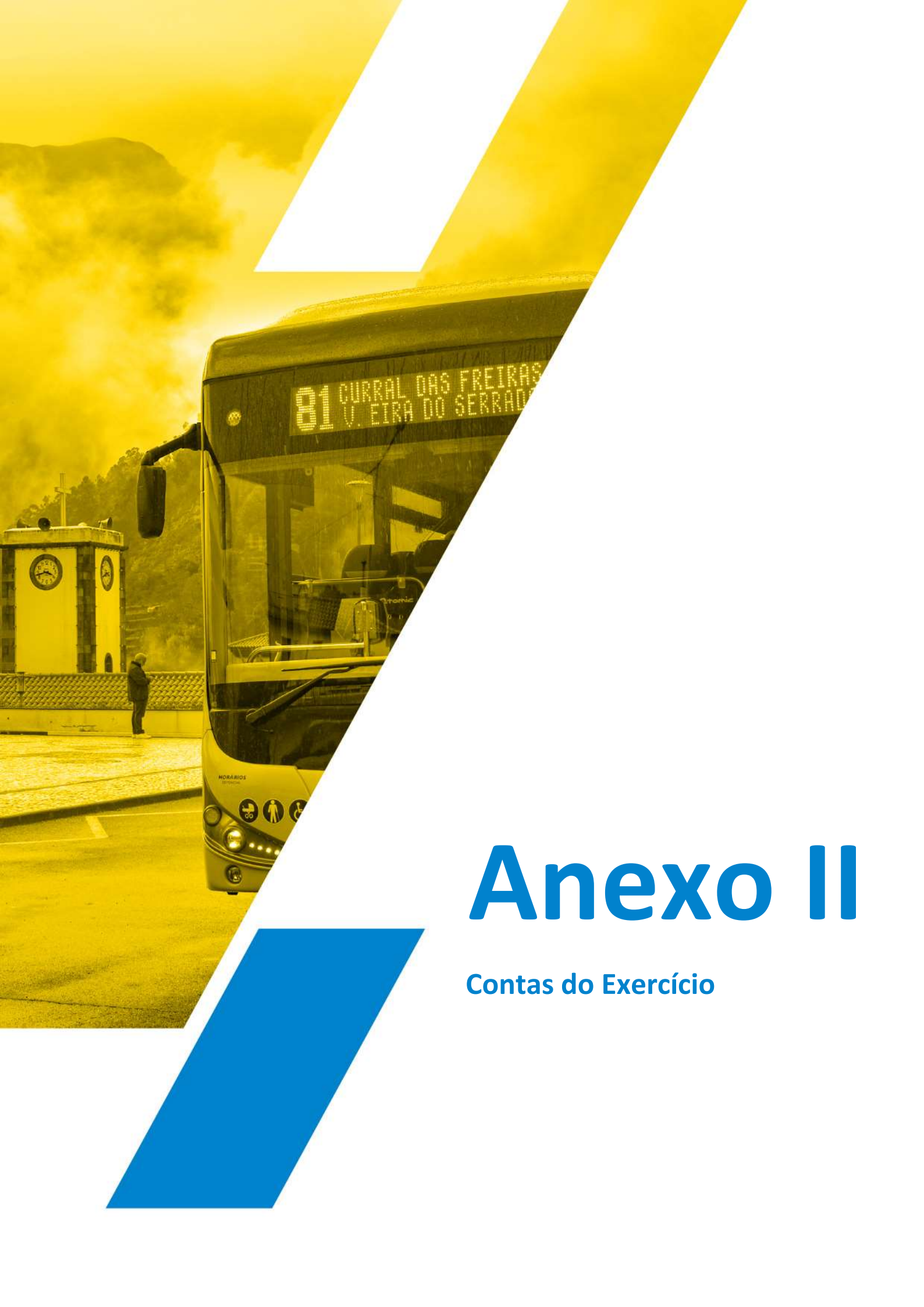
O Conselho de Administração

Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves
(Presidente Executivo)

Susana Maria Florença Pinto Correia
(Vogal Executivo)

Duarte Leovigildo de Faria Sousa
(Vogal Executivo)

Donato Filipe Fernandes de Gouveia
(Vogal não Executivo)



Anexo II

Contas do Exercício

Balanço

RUBRICAS	Notas	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	1 545 755,69	1 584 466,77
Ativos intangíveis	7	2 851 000,00	2 851 000,00
Outros ativos financeiros			1 812,18
Estado e outros entes públicos	11		8 245,59
		4 396 755,69	4 445 524,54
Ativo corrente			
Inventários	9	124,50	0,00
Clientes	10	115 815,81	223 911,91
Adiantamentos a fornecedores	20	25,36	23,57
Estado e outros entes públicos	11	452 192,23	86 300,34
Acionistas/sócios			761 048,20
Outros contas a receber	12	1 900 237,63	122 302,72
Diferimentos	13	593,54	11 725,01
Caixa e depósitos bancários	4	63 010,36	1 396 598,24
		2 531 999,43	2 601 909,99
		6 928 755,12	7 047 434,53
Total do ATIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	14	5 000 000,00	5 000 000,00
Outros instrumentos de capital próprio	15	2 700 000,00	2 700 000,00
Reservas legais	16	59 358,27	59 358,27
Resultados transitados	17	-4 763 534,52	-4 427 735,86
Excedentes de revalorização	18	60 748,28	60 748,28
Resultado líquido do período		159 556,44	-335 798,66
		3 216 128,47	3 056 572,03
Total do Capital Próprio			
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Passivos por impostos diferidos			
		0,00	0,00
Passivo Corrente			
Fornecedores	20	3 325 227,85	3 558 182,60
Estado e outros entes públicos	11	2 769,45	50 012,78
Outras dividas a pagar	19	357 661,24	347 347,90
Diferimentos	13	26 968,11	35 319,22
		3 712 626,65	3 990 862,50
		3 712 626,65	3 990 862,50
Total do Passivo			
Total do Capital Próprio e do Passivo			
		6 928 755,12	7 047 434,53

Valores em euros.

O Conselho de Administração

Presidente executivo: Dr. ^g Alejandro Marcelino Gonçalves GonçalvesVogal executiva: Eng.^a Susana Maria Florença Pinto CorreiaVogal executivo: Eng.^g Duarte Leovigildo de Faria SousaVogal não executivo: Dr. ^g Donato Filipe Fernandes de Gouveia

O Contabilista Certificado

Dr. ^g Cláudio Ilídio Teixeira Vieira de Castro

Demonstração de Resultados por Naturezas

BRICAS	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Vendas e serviços prestados	21	1 813 839,18	1 927 438,69
Subsídios à exploração	12 e 22	3 051 430,68	1 982 141,54
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreend. conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		-150,00	-4 214,29
Fornecimentos e serviços externos	23	-4 120 562,90	-3 168 882,00
Gastos com pessoal	24	-782 662,43	-1 882 971,36
Imparidades de inventários (perdas/reversões)			-146,25
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	10 e 12	1 097,08	1 799,00
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/Reduções de justo valor		131,48	-150,64
Outros rendimentos e ganhos	25	319 445,21	979 116,06
Outros gastos e perdas	26	-75 322,53	-78 787,98
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		207 245,77	-244 657,23
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 27	-38 711,08	-91 141,43
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		168 534,69	-335 798,66
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		168 534,69	-335 798,66
Imposto sobre rendimento do período	8	-8 978,25	
Resultado líquido do período		159 556,44	-335 798,66

Valores em euros.

O Conselho de Administração

Presidente executivo: Dr. ^g Alejandro Marcelino Gonçalves GonçalvesVogal executiva: Eng. ^a Susana Maria Florença Pinto CorreiaVogal executivo: Eng. ^g Duarte Leovigildo de Faria SousaVogal não executivo: Dr. ^g Donato Filipe Fernandes de Gouveia

O Contabilista Certificado

Dr. ^g Cláudio Ilídio Teixeira Vieira de Castro

Demonstração de Fluxos de Caixa

RUBRICAS	31/12/2023	31/12/2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	1 937 400,58	2 258 984,61
Pagamentos a fornecedores	-4 602 338,85	-3 003 694,11
Pagamentos ao pessoal	-549 454,37	-1 101 105,15
Caixa gerada pelas operações	-3 214 392,64	-1 845 814,65
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-23,00	
Outros pagamentos/recebimentos	1 883 501,34	2 225 851,99
Fluxos de caixa das atividades operacionais [1]	-1 330 914,30	380 037,34
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos de		
Ativos fixos tangíveis	-2 673,58	-89 474,75
Ativos fixos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros ativos		
Recebimentos de		
Ativos fixos tangíveis		19 032,00
Ativos fixos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros ativos		
Subsídios ao investimento		
Juros e rendimentos similares		
Dividendos		
Fluxos de caixa das atividades de investimento [2]	-2 673,58	-70 442,75
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos de		
Financiamentos obtidos		
Realização de capital e outros instrumentos de capital próprio		649 000,00
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos de		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares		-12,00
Dividendos		
Redução de capital e ou instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento [3]	0,00	648 988,00
Variação de caixa e seus equivalentes [1] + [2] + [3]	-1 333 587,88	958 582,59
Efeitos das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 396 598,24	438 015,65
Caixa e seus equivalentes no fim do período	63 010,36	1 396 598,24

Valores em euros.

O Conselho de AdministraçãoPresidente executivo: Dr. ^g Alejandro Marcelino Gonçalves GonçalvesVogal executiva: Eng.^a Susana Maria Florença Pinto CorreiaVogal executivo: Eng.^g Duarte Leovigildo de Faria SousaVogal não executivo: Dr. ^g Donato Filipe Fernandes de Gouveia**O Contabilista Certificado**Dr. ^g Cláudio Ilídio Teixeira Vieira de Castro

Demonstração de Alterações no Capital Próprio no período de 2023

Rúbricas	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa							Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total	
Posição no Início do Período 2023		5 000 000,00	2 700 000,00	59 358,27	-4 427 735,86	60 748,28	-335 798,66	3 056 572,03	3 056 572,03
Alterações no Período									
Realização do exced. Reval. de ativos fixos tang. e intangíveis								0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17				-335 798,66		335 798,66	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	-335 798,66	0,00	335 798,66	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período							159 556,44	159 556,44	159 556,44
Resultado Integral							495 355,10	495 355,10	495 355,10
Operações c/ Detentores de capital no Período									
Realizações de capital								0,00	0,00
Outras operações								0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no Fim do Período 2023		5 000 000,00	2 700 000,00	59 358,27	-4 763 534,52	60 748,28	159 556,44	3 216 128,47	3 216 128,47

Valores em euros.

O Conselho de Administração

Presidente executivo: Dr. ^g Alejandro Marcelino Gonçalves GonçalvesVogal executiva: Eng.^a Susana Maria Florença Pinto CorreiaVogal executivo: Eng.^g Duarte Leovigildo de Faria SousaVogal não executivo: Dr. ^g Donato Filipe Fernandes de Gouveia

O Contabilista Certificado

Dr. ^g Cláudio Ilídio Teixeira Vieira de Castro

Demonstração de Alterações no Capital Próprio no período de 2022

Rúbricas	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa							Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total	
Posição no Início do Período 2022		5 000 000,00	2 700 000,00	59 358,27	-6 350 283,86	60 748,28	-1 577 452,00	-107 629,31	-107 629,31
Alterações no Período									
Realização do exced. Reval. de ativos fixos tang. e intangíveis								0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17				-1 577 452,00		1 577 452,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	-1 577 452,00	0,00	1 577 452,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período							-335 798,66	-335 798,66	-335 798,66
Resultado Integral							1 241 653,34	1 241 653,34	1 241 653,34
Operações c/ Detentores de capital no Período									
Realizações de capital		3 500 000,00						3 500 000,00	3 500 000,00
Outras operações		-3 500 000,00			3 500 000,00			0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	3 500 000,00	0,00	0,00	3 500 000,00	3 500 000,00
Posição no Fim do Período 2022		5 000 000,00	2 700 000,00	59 358,27	-4 427 735,86	60 748,28	-335 798,66	3 056 572,03	3 056 572,03

Valores em euros.

O Conselho de Administração

Presidente executivo: Dr. º Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

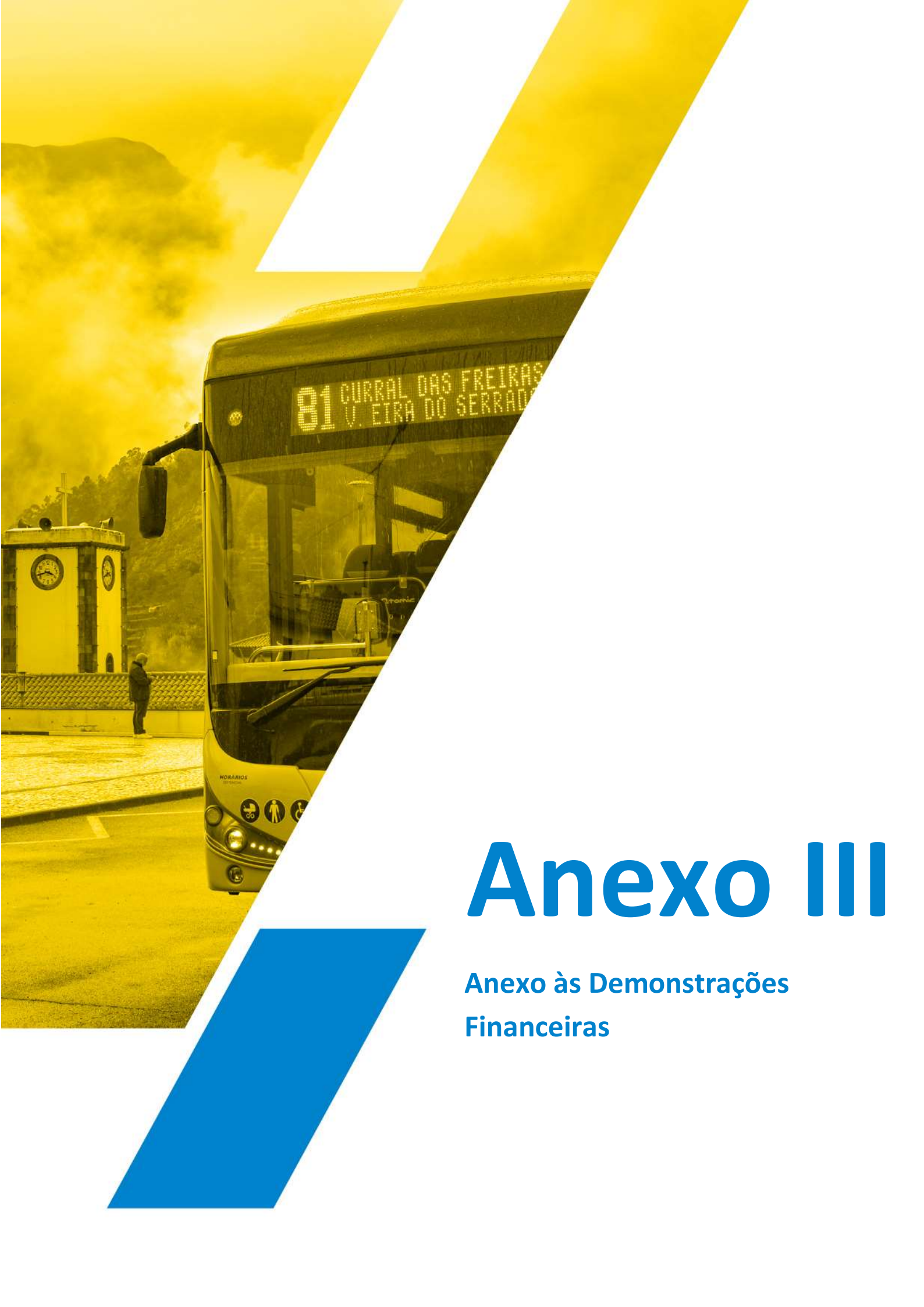
Vogal executiva: Eng.ª Susana Maria Florença Pinto Correia

Vogal executivo: Eng.º Duarte Leovigildo de Faria Sousa

Vogal não executivo: Dr. º Donato Filipe Fernandes de Gouveia

O Contabilista Certificado

Dr. º Cláudio Ilídio Teixeira Vieira de Castro



Anexo III

Anexo às Demonstrações
Financeiras

Anexo às Demonstrações Financeira

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Nota Introdutória

1.1 Identificação da Entidade

1.1.1 Designação da Entidade

A TIIM – Transportes Integrados e Intermodais da Madeira, S.A. (TIIM), antiga Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A. (CCSG), é uma sociedade constituída em 10 de junho de 1939, por escritura pública, exarada de fls. 89, verso, a fls. 90, verso, do livro de notas para escrituras diversas nº. 17 do notário da Secretaria Notarial do Funchal, Dr. Francisco Alberto Correia Figueira. Em seu tipo – sociedade comercial por ações, natureza – entidade privada, composição - agregação de capitais públicos e está inscrita/matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal sob o nº.01016/40.05.08, a fls. 151 verso, do livro C-3.º, presentemente com o nº. único 511007116, com o capital social integralmente subscrito e realizado de 5.000.000,00 Euros.

1.1.2 Objeto e finalidade

Exploração de um serviço público por via da relação de um contrato de Serviço Público de Transporte Rodoviário de passageiros na Região Autónoma da Madeira, celebrado em 30 de outubro de 2017, tendo como atividade o transporte público coletivo de passageiros em carreiras interurbanas, nomeadamente nos concelhos de Santa Cruz, Machico e Santana.

1.1.3 Sede

A TIIM, S.A. é a pessoa coletiva nº. 511007116, com sede na Travessa da Fundoa de Baixo, nº 5, freguesia de São Roque, concelho do Funchal.

1.1.4 Designação da empresa-mãe

A Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A. (HF), é uma sociedade constituída a 5 de junho de 1986, por escritura pública, exarada de fls. 36, verso, a fls. 43, verso, do livro de notas para escrituras diversas nº. 93 do Cartório Privativo do Governo da Região Autónoma da Madeira, em seu tipo - sociedade comercial por ações, natureza - entidade privada, composição - agregação de capitais públicos, objeto e finalidade - exploração em regime de exclusivo de um serviço público e por via da relação de concessão uma entidade concessionária de serviço público (CAE 49310 – Transportes terrestres, urbanos e suburbanos, de passageiros). São seus sócios

fundadores e atuais, a Região Autónoma da Madeira (95%) e a Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. (5%). Está inscrita/matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal sob o nº.03441/86.08.28, a fls. 188 verso, do livro C-9º., com o Capital Social integralmente realizado de 17.852.360,00 Euros.

1.1.5 Sede da empresa-mãe

A HF é a pessoa coletiva nº. 511026340, com sede na Travessa da Fundoa de Baixo, n.º 5, freguesia de São Roque, concelho do Funchal.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Disposições gerais

As demonstrações financeiras da TIIM – Transportes Integrados e Intermodais da Madeira, S.A., foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei nº. 98/2015, de 2 de junho e pela portaria nº. 220/2015, de 24 de julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração, no dia 07 de março de 2024, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo, no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2023 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2022.

2.2 Derrogações às disposições do SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3 Comparabilidade com o ano anterior

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas, aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados, são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos, cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos, utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessária, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, com as seguintes exceções:

- Os terrenos e os edifícios, encontram-se registados pelo método de revalorização, ou seja, ao seu justo valor. Sempre que se revelar necessário ou que ocorram alterações às atuais condições, o justo valor dos ativos fixos tangíveis deverá ser atualizado, sendo que essa análise deverá ocorrer no mínimo de 5 em 5 anos.
- Com a aquisição da Estação de serviço da Camacha, em 2016, e atendendo à sua última revalorização em 2014 ainda na empresa-mãe, em 2019 procedeu-se a novas avaliações para obtenção dos justos valores, não existindo no exercício de 2023 qualquer alteração às atuais condições que justificasse a atualização do seu justo valor.
- Os custos subsequentes, são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa. As reparações que prolonguem a vida útil e económica dos bens do ativo fixo tangível, são contabilizadas pelo custo de aquisição e são amortizadas durante o tempo médio de vida útil estimado e/ou pela vida útil esperada e/ou residual das respetivas imobilizações.

- As reparações/manutenção de natureza plurianual e de carácter recorrente bem como as adições e/ou os melhoramentos que não são ativos fixos tangíveis, mas que integrem custos ocorridos no exercício, referentes a anos seguintes são contabilizadas e reconhecidas no período compreendido entre duas reparações, na rubrica de custos diferidos, sendo a parte correspondente a cada um dos exercícios registada na demonstração de resultados, respeitando-se, assim, o princípio do acréscimo e/ou da especialização dos exercícios.
- As reparações/manutenção periódica, preventiva e preditiva, custos de assistência diária, são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos.
- Para desenvolvimento da sua atividade e tendo em conta a orografia da Ilha da Madeira, a TIIM, S. A. tem por norma imprimir às viaturas utilizadas no desenvolvimento da sua atividade especificidades significativas, resultando em custos consideráveis.
- No que respeita à determinação do valor em uso, este deve refletir os fluxos de caixa esperados, atualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. A TIIM, S.A. considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.
- Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, a TIIM, S.A. entende que não é possível a determinação do valor em uso conforme definido pelo Sistema de Normalização Contabilística, não se encontrando definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.
- Não obstante, quando se verificam situações específicas que um ativo possa estar em imparidade, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade, sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim vida útil.
- Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas sobre o valor de custo ou de reavaliação, a partir da entrada em funcionamento dos bens, segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual.

Em 2010, por aplicação da NCRF nº 7, procedeu-se à desagregação das viaturas por componentes e, inerentemente, alterar as vidas úteis das viaturas, tendo como base uma análise realizada internamente. Em 2017, também tendo como base uma análise realizada internamente, foram revistas as vidas úteis das viaturas tendo-se verificado que não existe diferenças significativas que levássemos a efetuar qualquer alteração. Já em 2022, a empresa procedeu à alienação de toda a sua frota automóvel.

Desta forma, de acordo com a NCRF nº 7, foi considerada como vida útil destes ativos o período durante o qual a Empresa espera que as componentes que os compõem estejam disponíveis para uso, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Tipo de Bens	Anos
Edifícios e Outras Construções	3 a 43
Equipamento básico:	
Viaturas:	
Motores	8
Caixa de Velocidades	2
Diferenciais	5
Eixos	5
Carroçarias	8
Outros	16
Equipamentos de Cobrança e Controlo	3 a 8
Programas de Cobrança e Controlo	3
Equipamento Administrativo	5 a 8
Outros Ativos Fixos Tangíveis	5 a 8

- As vidas úteis dos bens, método de depreciação e valor residual, quando aplicável, são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados, prospectivamente.
- Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação, são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

Direitos de concessão

O Despacho nº 230/2023, de 19 de julho, da Diretora Regional de Economia e Transportes Terrestres, publicado no JORAM n.º 129, 2.º suplemento, da II Série de julho, autorizou a manutenção, em regime de exploração provisória, de todos os títulos de concessão para a exploração do serviço público de transporte de passageiros, por modo rodoviário, atribuídos ao abrigo do Regulamento de Transportes em Automóvel, que tenham sido renovados após a data limite do período referido na alínea d) do n.º 3 do artigo 8.º do Regulamento (CE) n.º 1370/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007, pelo período necessário até ao efetivo início da nova operação de transportes dos operadores selecionados através de procedimento concorrencial, ou seja, até ao efetivo início do Período de Exploração dos “Contratos de Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros de âmbito Intermunicipal e Municipal da RAM (LOTE 1 e LOTE 2), mantendo tais títulos e operadores os mesmos direitos e deveres, carreiras, itinerários, paragens, horários e frequências, sistema de cobrança e tarifários que vigorem a 31 de julho de 2023.

Impostos sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período, é calculado com base no resultado tributável da Empresa e considera a tributação diferida, quando aplicável.

O imposto corrente sobre o rendimento, é calculado com base no resultado tributável, o qual difere do resultado contabilístico da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas, à data de balanço, no local da sede da Empresa.

Os impostos diferidos, resultam do reconhecimento da consequência fiscal que ocorrerá no futuro, por efeito das transações e outros acontecimentos da entidade no período.

Os impostos diferidos, referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos, são calculados e, periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço. Não se procedendo ao respetivo desconto.

Os ativos por impostos diferidos, são reconhecidos, somente, quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais, as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias, subjacentes, aos ativos por impostos diferidos, no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

O imposto sobre o rendimento, é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos, reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, a Empresa procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes;
- Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento, lançados pela mesma autoridade fiscal e sobre a mesma entidade tributável.

Inventários

Os inventários, são valorizados ao menor custo entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido, corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

A Empresa reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido, sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

Outros créditos a receber

Os outros créditos a receber, são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo, subsequentemente, valorizados ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentadas no balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade, são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas, são registadas por contrapartida de resultados, sendo, subsequentemente, revertidas por resultados, caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes, englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas não reembolsáveis, relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis, são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente, quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos Capitais Próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio e outros apoios de entidades públicas não são reconhecidos, até que haja segurança razoável de que a Empresa cumprirá as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas reembolsáveis, são contabilizados como passivos.

Os empréstimos sem juros ou a taxas de juros baixas, são uma forma de apoio do Governo e de outras entidades públicas, mas o benefício não é quantificado pela imputação de juros.

Um subsídio e outros apoios de entidades públicas que se torne recebível como compensação por gastos ou perdas já incorridas ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à Empresa, sem qualquer futuro custo relacionado, é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se destinarem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Quando um subsídio e outros apoios de entidades públicas tomar a forma de transferência de um ativo não monetário, tal como terrenos ou outros recursos, para uso da Empresa, é usual avaliar o justo valor do ativo não monetário e contabilizar quer o subsídio quer o ativo por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o ativo como o subsídio serão registados por uma quantia nominal.

Os subsídios e apoios de outras entidades públicas não condicionais que se relacionem com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda, são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, o subsídio se torna recebível.

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas, condicionais, que se relacionem com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda, são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, sejam satisfeitas as condições ligadas aos subsídios do Governo.

Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Ativos e passivos contingentes

A Empresa não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes, são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo gere benefícios económicos futuros, será exigido que, para um item previamente tratado como um passivo contingente, seja reconhecido uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, a Empresa divulga o respetivo passivo contingente.

Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos, são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas, são registadas nas rubricas de outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber relativa à prestação de serviços das carreiras interurbanas e serviços de aluguer e turismo.

O rédito proveniente da venda de bens, é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos, referentes à transação, possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços, é reconhecido com referência à fase de acabamento da prestação da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 07 de março de 2024, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Não ocorreram acontecimentos materiais após a data do balanço suscetíveis de dar lugar a ajustamentos (Nota 31).

Capitalização de custos com empréstimos

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica são capitalizados como parte do custo desses ativos.

Um ativo que se qualifica é um ativo que leva, necessariamente, um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos como parte do custo de um ativo que se qualifica inicia-se quando os dispêndios com o ativo estejam a ser incorridos. Os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as atividades que sejam necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando, substancialmente, todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

3.3 Principais estimativas e julgamentos

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos, são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 3.2 do presente Anexo.

Considerando que, em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores, são baseadas na avaliação efetuada pela Empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Empresa, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis durante nos seguintes períodos:

- Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2016, podem ser reportados por um período de 12 anos;
- Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2017, podem ser reportados por um período de 5 anos.

Desde 1 de janeiro de 2014, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes de 1 de janeiro de 2014, encontra-se limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

A partir de janeiro de 2017, foram revogadas as regras de utilização de prejuízos fiscais que preveem a dedução, em primeiro lugar, daqueles que foram gerados também em primeiro lugar (critério FIFO). Sendo assim, passa a ser permitida a dedução em primeiro lugar daqueles prejuízos cujo período de reporte se esgota primeiro.

Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O não reconhecimento dos ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais teve por base projeções da Empresa, que demonstram a inexistência de lucros tributáveis futuros.

Face à pandemia COVID-19, o Orçamento do Estado Suplementar para 2020 veio criar um regime especial de dedução de prejuízos fiscais que venham a ser apurados no período de tributação de 2020 e 2021, e relativamente aos prejuízos fiscais que se encontrem em reporte/vigentes no primeiro dia do período de tributação de 2020, mais especificamente:

- Prejuízos fiscais de 2020 e 2021: o prazo de reporte passa a ser de 10 anos (anteriormente eram 5 anos). Para as PME, mantém-se o prazo de 12 anos;
- O limite de 70% para dedução ao lucro tributável é elevado para 80% do lucro tributável, sempre que essa diferença resulte da dedução de prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021;
- Relativamente aos prejuízos fiscais em reporte no primeiro dia do período de tributação de 2020, a contagem do seu prazo de reporte fica suspensa durante os períodos de tributação de 2020 e 2021, traduzindo-se, desta forma, num aumento de 2 anos do prazo de reporte dos prejuízos fiscais apurados em 2014 e anos seguintes.

Na sequência do Orçamento de Estado para 2023, deixa de existir limitação temporal para a dedução de prejuízos fiscais apurados a partir de 1 de janeiro de 2023, bem como a prejuízos fiscais anteriores a 1 de janeiro de 2022, cujo reporte da dedução ainda se encontre em curso à entrada em vigor da Lei do OE para 2023.

Quanto ao limite, o mesmo não pode ultrapassar os 65% do respetivo lucro tributável, o que perfaz 75% sempre que essa diferença resulte da dedução de prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021.

Subsídios à exploração/ Indemnização compensatória

Os subsídios atribuídos pelo Governo Regional da Madeira, de acordo com o protocolo em vigor, embora não recebidos, mas com uma certeza de que o vão ser, são reconhecidos, por estimativa, como rendimentos do período de forma a balancear com os gastos que supostamente vão compensar.

De acordo com o contrato, assinado em 30/10/2017 e pelos seus aditamentos, o primeiro em 24/09/2018, o segundo em 01/03/2019 de modo a operacionalizar e implementar a criação do Programa de Apoio à Redução Tarifária na Região Autónoma da Madeira (PARTRAM), consagrado no artigo 62º do Decreto Legislativo

Regional nº 26/2018/M, de 31 de dezembro que aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2019, o terceiro que foi assinado a 30/12/2019 e que altera o Anexo V – Critérios de Cálculo e Procedimentos Relativos às Compensações por Obrigações de Serviço Público, para que seja aditada a verba necessária para cobrir as indemnizações compensatórias entre janeiro de 2020 e julho de 2021, de modo a salvaguardar a continuidade e se evitem roturas na prestação do serviço público de âmbito intermunicipal e municipal às populações até à conclusão do procedimento concorrencial para a atribuição do Serviço Público na RAM, por forma a assegurar um período de tempo necessário à sua preparação, realização e conclusão estimado, até julho de 2021, o quarto e quinto assinados a 04/06/2020 e 10/03/2021, respetivamente, e que altera o anexo V - Critérios de Cálculo e Procedimentos Relativos às Compensações por Obrigações de Serviço Público, para que seja refletidos, os ajustamentos ao plano de pagamentos do ano de 2020 e de 2021, no âmbito das medidas excecionais relacionadas com o apoio à economia, em consequência do combate à situação epidemiológica do novo Coronavírus – COVID 19, o sexto, assinado a 30/07/2021 e que altera o Anexo V – Critérios de Cálculo e Procedimentos Relativos às Compensações por Obrigações de Serviço Público, para que seja aditada a verba necessária para cobrir as indemnizações compensatórias entre agosto de 2021 e julho de 2022, o sétimo aditamento, assinado a 29/07/2022 e que altera o Anexo V – Critérios de Cálculo e Procedimentos Relativos às Compensações por Obrigações de Serviço Público, relativamente ao ponto 2.4., refletindo no plano de pagamentos as importâncias devidas no âmbito da reconciliação da compensação financeira dos exercícios económicos anteriores de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020, bem com a verba necessária para cobrir as indemnizações compensatórias entre agosto de 2022 e julho de 2023 de modo a salvaguardar a continuidade e se evitem roturas na prestação do serviço público de âmbito intermunicipal e municipal às populações até à conclusão do procedimento concorrencial para a atribuição do Serviço Público na RAM, por forma a assegurar um período de tempo necessário à sua preparação, realização e conclusão estimado, até julho de 2023 e, por fim, o oitavo aditamento, assinado a 29/12/2023 e que altera:

- Anexo I – Rede de Títulos da Concessão RTA, por forma a contemplar a transferência da Carreira 81 para a empresa-mãe - Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A.;
- Anexo V – Critérios de Cálculo e Procedimentos Relativos às Compensações por Obrigações de Serviço Público, relativamente ao ponto 2.4., refletindo no plano de pagamentos, a importância devida no âmbito da reconciliação da compensação financeira do exercício de 2021 e o valor mensal provisório da compensação financeira para os anos de 2023 e 2024, de modo a salvaguardar a continuidade e se evitem roturas na prestação do serviço público de âmbito intermunicipal e municipal às populações, até à conclusão do procedimento concorrencial para a atribuição do Serviço Público na RAM, por forma a assegurar um período de tempo necessário à sua preparação, realização e conclusão estimado, com prazo máximo, até dezembro de 2024.

Sobre o mesmo, há que referir o seguinte:

- Que o seu valor definitivo só será calculado após a aprovação de contas de todas as Empresas, do mesmo sector. São os elementos reconhecidos nas demonstrações financeiras, devidamente aprovadas, que vão contribuir para o seu apuramento;
- Que caso não seja possível assegurar as variações acima previstas, respeitando o plafond máximo definido no referido protocolo, deverá privilegiar-se as empresas que tenham reduções em detrimento das demais;

- Que os ajustamentos previstos, acima, são feitos por entre as empresas que tenham variações anuais acima do limite mínimo, tendo por referência o universo dessas empresas e, quando aplicável, os valores do ano são ajustados pela variação máxima permitida.

Vidas úteis

A vida útil de um ativo, é o período durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos ativos, principalmente para o seu equipamento básico (viaturas de transporte coletivo de passageiros) e do método de amortização/depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer no resultado de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão.

Em 2010, tendo por base informação adicional disponibilizada internamente, a Empresa decidiu desagregar o equipamento básico (viaturas) em componentes e rever as vidas úteis aplicáveis a cada componente. A definição das novas vidas úteis foi efetuada com base na antiguidade e na condição destes equipamentos, bem como na expectativa futura de utilização, em 2017 foram revistas as vidas úteis, não encontrando diferenças relevantes que levasse a qualquer correção.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

O equilíbrio da atividade operacional e dos resultados dos períodos futuros da Empresa, encontra-se dependente da capacidade de articulação dos proveitos de exploração com os custos de exploração, bem como de uma eventual redefinição da estratégia comercial, a qual deverá ser enquadrado no Plano Estratégico dos Transportes da Região Autónoma da Madeira (PIETRAM), 2014/2020.

A 30 de dezembro de 2020, foi publicado no JORAM I Série, Nº 245, 4º suplemento, a resolução nº 1285/2020, que autoriza a realização da despesa inerente ao concurso público internacional para a “Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros na RAM” e a 8 de fevereiro de 2021 o mesmo foi publicado no Diário da República, nº 26, parte L - Contratos Públicos, concurso que se aplica a todo o serviço de transporte público coletivo de passageiros em carreiras interurbanas, na qual a TIIM, S.A. (Antiga Companhia dos Carros de São Gonçalo) está inserida.

A Resolução nº 1493/2023, de 29 de dezembro, publicada no JORAM, I Série, nº 238, 4º Suplemento, autorizou a alteração e o 8º aditamento ao “Contrato de serviço público de transporte rodoviário de passageiros na RAM”, celebrado em 30 de outubro de 2017, entre a Região Autónoma da Madeira e a empresa “TIIM – Transportes Integrados e Intermodais da Madeira, S. A..”, aprovado pela Resolução nº 811/2017, de 30 de outubro, alterado por sete aditamentos, o primeiro, autorizado pela Resolução nº 578/2018, de 24 de setembro, o segundo, autorizado pela Resolução nº 104/2019, de 1 de março, o terceiro, autorizado pela Resolução nº 1061/2019, de 30 de dezembro, o quarto, autorizado pela Resolução nº 368/2020, de 1 de junho, o quinto, autorizado pela Resolução nº 101/2021, de 12 de fevereiro, o sexto, autorizado pela Resolução nº 688/2021, de 30 de julho e o sétimo, autorizado pela Resolução nº 693/2022, de 29 de julho.

Assim, não estando em questão a continuidade da empresa no próximo exercício, uma vez que se prevê a prorrogação do contrato de Serviço Público até finais de 2024, atendendo, que não concorremos ao citado concurso e cuja previsão de entrada ainda não é conhecida, existindo ainda um período de transição inicial de seis meses a contar da data da obtenção do visto prévio do Tribunal de Contas para que os novos operadores possam iniciar a exploração e visto que os mesmos solicitaram a prorrogação da data de início do período de exploração, entretanto, aceite, conforme o 8º aditamento, é provável que ainda no final de 2024, sejam tomadas decisões que possam por em causa a continuidade das operações mas que de momento não nos é possível determinar os moldes e as circunstâncias em que tal ocorrerá, sendo certo a incorporação, na empresa-mãe, da maioria dos ativos e de todos os recursos humanos da TIIM S.A., incorporando ainda que a 23/02/2023 o Conselho do Governo decidiu mandar a TIIM – Transportes Integrados e Intermodais da Madeira, S. A. para desenvolver os procedimentos e praticar os atos tendentes à futura gestão do sistema de bilhética integrado da Região Autónoma da Madeira.

Relativamente à pandemia COVID-19, podemos considerar que já existiu uma retoma total de toda a atividade, não se prevendo assim quaisquer impactos decorrentes da sua evolução futura. Consideramos que as atuais circunstâncias, não colocam em causa a continuidade das operações.

Quanto à invasão da Ucrânia e mais recentemente ao conflito Israel-Gaza, as mesmas continuam a ter impactos devastadores que afetam a economia global, sendo que existe algumas dificuldades na preparação das projeções futuras, seja, do ponto de vista da inflação, seja, com a subida de juros e com a falta de matérias-primas. Não sendo possível prever alguns dos efeitos que possam advir da evolução destes conflitos, consideramos que as atuais circunstâncias, não colocam em causa a continuidade das operações.

3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4 Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa, é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de dezembro de 2023, todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	0,00	0,00
Depósitos à Ordem	63 010,36	1 396 598,24
Montepio Geral	2 323,53	2 520,41
BIC	10 947,83	10 159,43
Caixa Geral de Depósitos	49 739,00	1 383 918,40
Total	63 010,36	1 396 598,24

Valores em euros.

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o presente período a Empresa não alterou qualquer política contabilística.

6 Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Valor Bruto	1 721 425,20	1 721 425,20
Terrenos e Recursos Naturais	425 153,95	425 153,95
Edifícios e Outras Construções	1 275 450,00	1 275 450,00
Equipamento Básico	0,00	0,00
Equipamento Administrativo	3 486,79	3 486,79
Ativos Fixos Tangíveis (em curso)	0,00	0,00
Outros Ativos Fixos Tangíveis	17 334,46	17 334,46
Depreciação Acumulada e Imparidade	-175 669,51	-136 958,43
Depreciação do Período	-38 711,08	-91 141,43
Depreciação Acumulada de Períodos Anteriores	-136 958,43	-45 817,00
Perdas por Imparidade do Período	0,00	0,00
Perdas por Imparidade de Período Anteriores	0,00	0,00
Valor Líquido Contabilístico	1 545 755,69	1 584 466,77

Valores em euros.

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis, durante o ano 2023, são analisados como segue:

Descrição	Saldo Inicial	Adições	Revalorizações	Abates/Alienações	Saldo Final
Valor Bruto	1 721 425,20	0,00	0,00	0,00	1 721 425,20
Terrenos e recursos naturais	425 153,95				425 153,95
Edifícios e outras construções	1 275 450,00				1 275 450,00
Equipamento básico	0,00				0,00
Equipamento de transporte	0,00				0,00
Equipamento administrativo	3 486,79				3 486,79
Equipamentos biológicos	0,00				0,00
Outros ativos fixos tangíveis	17 334,46				17 334,46
Ativos fixos tangíveis (em curso)	0,00				0,00
Adiant. p/ c/ de investimentos	0,00				0,00
Depreciação Acumulada e Imparidade	-136 958,43	-38 711,08	0,00	0,00	-175 669,51
Terrenos e recursos naturais	-3,95				-3,95
Edifícios e outras construções	-116 133,23	-38 711,08			-154 844,31
Equipamento básico	0,00				0,00
Equipamento de transporte	0,00				0,00
Equipamento administrativo	-3 486,79				-3 486,79
Equipamentos biológicos	0,00				0,00
Outros ativos fixos tangíveis	-17 334,46				-17 334,46
Total	1 584 466,77				1 545 755,69

Valores em euros.

Nas adições:

No período em análise e no ano anterior, não existiram quaisquer adições.

Nas revalorizações/imparidades:

No exercício de 2019 foi efetuada a avaliação ao terreno e edifício e outras construções, mais precisamente à estação da Camacha, onde existiu uma revalorização no montante de 60 mil euros, sendo que não existiu qualquer alteração no exercício de 2023.

Nos abates/alienações e outras alterações:

Durante o exercício de 2023, não existiram quaisquer abates e/ou alienações, sendo que no período homólogo, procedeu-se à alienação de toda a frota e respetivos equipamentos à empresa-mãe e ainda ao abate de alguns bens que estavam obsoletos e sem qualquer valor.

Nas depreciações:

As depreciações na rubrica “Edifícios e Outras Construções” referem-se à estação da Nogueira situada na freguesia da Camacha, concelho de Santa Cruz.

7 Ativos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Valor Bruto	2 851 000,00	2 851 000,00
Ativo fixo intangível	2 851 000,00	2 851 000,00
Depreciação Acumulada e Imparidade	0,00	0,00
Amortização do período	0,00	0,00
Valor Líquido Contabilístico	2 851 000,00	2 851 000,00

Valores em euros.

Refere-se ao aumento de capital ocorrido no exercício de 2022, através de entradas em espécie.

Os movimentos ocorridos em ativos intangíveis, são analisados como segue:

Descrição	Saldo Inicial	Adições	Outras alterações	Saldo Final
Valor Bruto	2 851 000,00	0,00	0,00	2 851 000,00
Marca Giro	2 851 000,00	0,00	0,00	2 851 000,00
Depreciação Acumulada e Imparidade	0	0,00	0,00	0,00
Depreciações do período	0	0,00	0,00	0,00
Valor Líquido Contabilístico	2 851 000,00	0,00	0,00	2 851 000,00

Valores em euros.

Em 2022, procedeu-se ao registo de um ativo fixo intangível, no valor de 2 851 mil euros, uma vez que, por forma a cumprir com o artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, a empresa decidiu proceder a uma operação harmónio (redução de capital, seguida de um aumento de capital), sendo o mesmo efetuado, pela empresa-mãe, em parte, através de entrada em espécie da Marca “Giro”.

8 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício, é no valor de 8 978 mil euros, e refere-se à estimativa de imposto corrente apurado com base no lucro tributável e depois de efetuada as devidas correções fiscais e cálculo de tributações autónomas. No ano anterior, foi nulo.

A TIIM, S.A. não reconheceu impostos diferidos ativos, de prejuízos fiscais, por não haver expetativas fundamentadas de obter lucros tributáveis futuros.

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis, são analisados como segue:

Data Limite de Reporte	31/12/2023	31/12/2022
2023	0,00	0,00
2024	66 049,91	66 049,91
2025	184 015,15	184 015,15
2026	454 221,50	454 221,50
2027	337 698,48	337 698,48
2028	527 599,85	527 599,85
2029	207 765,57	207 765,57
2032	639 083,82	822 313,36
2033	1 447 918,77	1 447 918,77
Total	3 864 353,05	4 047 582,59

Valores em euros.

A Empresa não reconheceu os seguintes impostos diferidos ativos:

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Base	Imposto	Base	Imposto
Prejuízos fiscais 2014	527 599,85	77 557,18	527 599,85	77 557,18
Prejuízos fiscais 2015	207 765,57	30 541,54	207 765,57	30 541,54
Prejuízos fiscais 2017	66 049,91	9 709,34	66 049,91	9 709,34
Prejuízos fiscais 2018	184 015,15	27 050,23	184 015,15	27 050,23
Prejuízos fiscais 2019	454 221,50	66 770,56	454 221,50	66 770,56
Prejuízos fiscais 2020	639 083,82	93 945,32	822 313,36	120 880,06
Prejuízos fiscais 2021	1 447 918,77	212 844,06	1 447 918,77	212 844,06
Prejuízos fiscais 2022	337 698,48	49 641,68	337 698,48	49 641,68
Prejuízos fiscais 2023	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	3 864 353,05	568 059,91	4 047 582,59	594 994,65

Valores em euros.

Para além dos prejuízos fiscais, que geram impostos diferidos e à semelhança do verificado em exercícios anteriores, não existem outras diferenças temporárias relevantes a serem divulgadas.

9 Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Valor Bruto:	683,44	558,94
Mercadorias	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	683,44	558,94
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00
Depreciação Acumulada e Imparidade	-558,94	-558,94
Perdas por Imparidade do Período	0,00	-146,25
Perdas por Imparidade de Período Anteriores	-558,94	-412,69
Valor Líquido Contabilístico	124,50	0,00

Valores em euros.

A variação ocorrida nesta rubrica refere-se, essencialmente, aos materiais de consumo, que devido ao reduzido valor anual, a empresa optou por efetuar as compras para consumo imediato, deixando assim de ter inventário, salvo alguns materiais já existentes e obsoletos e com imparidade criada.

10 Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Valor Bruto	136 787,02	247 676,12
Clientes c/c Gerais	136 787,02	247 676,12
Depreciação Acumulada e Imparidade	-20 971,21	-23 764,21
Perdas por Imparidade do Período	-275,00	0,00
Perdas por Imparidade de Período Anteriores	-20 696,21	-23 764,21
Valor Líquido Contabilístico	115 815,81	223 911,91

Valores em euros.

O valor apresentado em clientes gerais refere-se, essencialmente, às dívidas das escolas pela venda de passes e ainda à dívida da empresa-mãe, Horários do Funchal, S.A., de 43 mil euros no presente exercício, sendo que no exercício anterior era de 160 mil euros. As restantes dívidas mais representativas são de associações e agências de viagens.

Os movimentos das perdas por imparidade, são analisados como segue:

Descrição	Saldo Inicial	Perdas	Reversões	Desreconhecimento	Saldo Final
Perdas por Imparidade	-23 764,21	-275,00	1 372,08	1 695,92	-20 971,21
Serviço de Alugueres	-23 757,58	-275,00	1 372,08	1 695,92	-20 964,58
Serviço Interurbano	-6,63	0,00	0,00	0,00	-6,63
Total	-23 764,21	-275,00	1 372,08	1 695,92	-20 971,21

Valores em euros.

As perdas de imparidade registadas, respeita ao ajustamento de clientes, por terem sido considerados de cobrança duvidosa e com elevado risco de incobrabilidade. As reversões resultam da liquidação da dívida por parte de clientes, sendo que, no exercício em análise, foram liquidadas dívidas no valor de 1 372,08 euros.

A antiguidade dos saldos de clientes, apresenta-se como segue:

Descrição	até 180 dias	180 a 360 dias	mais de 360 dias
Clientes Gerais	105 875,93	0,00	30 911,09
Total	105 875,93	0,00	30 911,09

Valores em euros.

A antiguidade de saldos mais expressivos é relativa a clientes do serviço do sector de turismo.

11 Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos, é analisada como segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ativo	452 192,23	94 545,93
Imposto sobre o rendimento	0,00	8 245,59
IVA a recuperar	52 192,23	86 300,34
IVA reembolsos pedidos	400 000,00	0,00
Outros impostos	0,00	0,00
Passivo	2 769,45	50 012,78
Imposto sobre o rendimento	732,66	0,00
Retenções de imposto sobre o rendimento	628,00	9 371,40
Outros impostos	366,70	363,07
Contribuições para a Segurança Social	1 042,09	40 278,31
Outras tributações	0,00	0,00

Valores em euros.

No ativo, o imposto sobre o rendimento, diz respeito a pagamentos especiais por conta de IRC, de exercícios anteriores, conforme quadro abaixo, sendo os mesmos deduzidos ao imposto, no exercício de 2023.

A TIIM procedeu ao pedido de reembolso de IVA, no valor de 400 mil euros.

Os impostos do passivo dizem respeito aos valores apurados mensalmente e que são liquidados no ano seguinte.

Face ao descrito, no quadro abaixo apresentamos uma síntese dos PEC e datas limites para dedução à coleta:

PEC	Data Limite de Dedução	31/12/2023	31/12/2022
2017	2023	0,00	6 275,77
2018	2024	0,00	1 969,82
Total		0,00	8 245,59

Valores em euros.

Os valores acima referidos, estão apresentados nas demonstrações financeiras, no ativo não corrente.

12 Outros créditos a receber

A rubrica de Outros Créditos a Receber é analisada como segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Valor Bruto	1 900 237,63	122 424,72
Adiantamentos ao Pessoal	0,00	3 936,00
Outros Devedores	53 623,41	118 302,67
Devedores por Acréscimo de Rendimentos	1 846 614,22	186,05
Imparidade Acumulada	0,00	-122,00
Imparidade do Período	0,00	0,00
Imparidade de Período Anteriores	0,00	-122,00
Valor Líquido Contabilístico	1 900 237,63	122 302,72

Valores em euros.

As principais variações dos saldos apresentados são:

- Na rubrica outros devedores, a grande variação, face ao ano anterior, deve-se, essencialmente, ao valor a receber por parte da empresa-mãe, HF, respeitante à venda de passes;
- Na rubrica, devedores por acréscimo de rendimentos, os valores respeitantes às Indemnizações Compensatórias decorrentes do 8º aditamento e que ainda não foram faturados.

13 Diferimentos

A rubrica de Diferimentos, é analisada como segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ativo - Gastos a Reconhecer	593,54	11 725,01
Seguros	0,00	11 055,77
Outros	593,54	669,24
Passivo - Rendimentos a Reconhecer	26 968,11	35 319,22
Passes	26 730,01	35 081,12
Alugueres	238,10	238,10

Valores em euros.

Nos gastos a reconhecer, o valor de 593,54 euros corresponde a serviços especializados em que o seu início aconteceu em 2023 e o seu termino será em 2024. A variação para o período homologado deve-se à não renovação do contrato de seguros.

Nos rendimentos a reconhecer, Passes, refere-se aos títulos de transporte vendidos no período compreendido entre 20 e 31 de dezembro e válidos para janeiro do ano de 2024.

14 Capital subscrito

O capital social de 5 000 000,00 euros, representado por 1 000 000 ações ordinárias de valor nominal de 5 euros cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado a 31 de dezembro de 2023.

Em 2022, na sequência do não cumprimento do art.º 35 do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração decidiu proceder a uma redução e aumento de capital, denominada por operação harmónio, com vista a cumprir o mesmo artigo. Assim, em finais de dezembro do exercício anterior, procedeu-se à redução e aumento de capital, no montante de 3,5 milhões de euros, através de entradas em numerário no montante de 649 mil euros e o remanescente no valor de 2 851 mil euros através de entradas em espécie.

15 Outros instrumentos de Capital

O Capital Próprio no ano de 2015 encontrava-se abaixo de 50% do valor do seu Capital Social, situação não permitida pelo art.º 35 do Código das Sociedades Comerciais. Para ultrapassar a situação, em Assembleia Geral de 30/12/2015, a acionista HF, aprovou a realização de duas Prestações Suplementares de Capital, sendo uma, naquela mesma data, no valor de 1 000 000,00 de euros e outra, no montante de 1 700 000,00 euros, no decorrer do ano de 2016.

Em 2020 e 2021, o capital próprio encontra-se novamente abaixo dos 50% do Capital Social, não cumprindo o art.º 35 do Código das Sociedades Comerciais, uma vez que o Conselho de Administração optou por não realizar as prestações suplementares que estavam previstas, devido à decisão de não concorrer ao futuro concurso para a exploração do Serviço Público de transporte de passageiros da Região Autónoma da Madeira.

No decorrer do ano de 2022, o Conselho de Administração procedeu à apreciação da forma mais adequada para dar cumprimento ao previsto na referida disposição legal e procedeu com uma operação harmónio de redução e aumento de capital por forma a cumprir a referida disposição legal.

Em 31 de dezembro de 2023, totalizava o montante de 2 700 000,00 euros.

16 Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Em 31 de dezembro de 2023, era no montante de 59 358,27 euros.

17 Resultados transitados

A variação dos resultados transitados diz respeito à incorporação do resultado líquido negativo, do exercício anterior, no montante de 335 798,66 euros, apresentando um valor acumulado de 4 763 534,52 euros negativos.

18 Excedentes de revalorização

A rubrica de excedentes de revalorização, é analisada como segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Reavaliações Decorrentes de Diplomas Legais	0,00	0,00
Antes de Imposto sobre o Rendimento	0,00	0,00
Impostos Diferidos	0,00	0,00
Outros Excedentes	60 748,28	60 748,28
Antes de Imposto sobre o Rendimento	60 748,28	60 748,28
Impostos Diferidos	0,00	0,00
Total	60 748,28	60 748,28

Valores em euros.

O montante desta rubrica, advém da realização das revalorizações efetuadas no final do exercício de 2019, no terreno e edifício, em função das depreciações registadas. Atendendo às projeções da Empresa que demonstram a inexistência de lucros tributáveis futuros, não existiu reconhecimento de impostos diferidos, nem qualquer variação no exercício de 2023.

19 Outras dívidas a pagar

A rubrica de outras dívidas a pagar, é analisada como segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Não Corrente	0,00	0,00
Fornecedores de Investimento	0,00	0,00
Credores por Acréscimo de Gastos	0,00	0,00
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Credores por Subscrições não Liberadas	0,00	0,00
Outros Credores	0,00	0,00
Pessoal	0,00	0,00
Corrente	357 661,24	347 347,90
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00
Credores por acréscimos de gastos	306 976,28	317 240,92
Férias e Subsídio de Férias	0,00	306 486,32
Outros credores por acréscimos de gastos	306 976,28	10 754,60
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Credores por subscrições não liberadas	0,00	0,00
Outros credores	50 684,96	28 863,36
Pessoal	0,00	1 243,62
Total	357 661,24	347 347,90

Valores em euros.

Na rubrica, credores por acréscimos de gastos, incluem-se os gastos correntes que serão recebidos em 2024, mas o seu gasto refere-se a 2023, onde destacamos o montante de manutenção de viaturas de 297 mil euros.

Na rubrica, outros credores, do montante de 50,7 mil euros, 46,5 mil euros são referentes a serviços fornecidos pela empresa-mãe HF, o valor restante diz respeito a outros credores da empresa.

20 Fornecedores

A rubrica de Fornecedores, é analisada como segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores c/c		
Gerais	1 705,68	2 480,59
Empresa-mãe	3 323 522,17	3 555 702,01
Faturas em Receção e Conferência	0,00	0,00
Adiantamentos	-25,36	-23,57
Total	3 325 202,49	3 558 159,03

Valores em euros.

Na rubrica Fornecedores, mais especificamente empresa-mãe, o valor refere-se ao fornecimento de gasóleo e serviços de manutenção/reparação de viaturas, sendo que o mesmo é liquidado de acordo com as disponibilidades financeiras da empresa.

21 Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados, analisam-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Serviços Prestados		
Bilhetes	1 024 882,48	931 424,70
Vinhetas e Passes	788 956,70	751 942,08
Alugueres e Outros	0,00	244 071,91
Total	1 813 839,18	1 927 438,69

Valores em euros.

As principais variações dos saldos apresentados em serviços prestados são as seguintes:

- No serviço interurbano, há uma variação positiva de 130,4 mil euros, justificado pelo aumento nos bilhetes vendidos a bordo no montante de 93,4 mil euros e nos títulos passes de 37 mil euros. Este aumento reflete a retoma total das operações de serviço público, face às restrições impostos a nível regional decorrentes da pandemia durante o ano de 2020 e 2021 e mais recentemente do conflito Rússia-Ucrânia;

- No serviço de aluguer/turismo, o valor é “nulo”, uma vez que a empresa optou, no último trimestre de 2022, por descontinuar estes serviços, passando os mesmos a serem efetuados pela empresa-mãe, atendendo ao envelhecimento da frota, que atingiram o seu fim de vida útil e pela impossibilidade de investimento na aquisição de novas viaturas, que comprometem a sua competitividade em relação às outras empresas do mesmo setor.

22 Subsídios à exploração

Os subsídios à exploração, analisam-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Subsídios à Exploração/Indemnizações Compensatórias	3 032 638,31	1 930 705,74
Subsídios à Exploração/SUB23	18 792,37	11 043,80
Subsídios à Exploração/outros	0,00	40 392,00
Total	3 051 430,68	1 982 141,54

Valores em euros.

Nos subsídios à exploração/Indemnização Compensatória, a variação positiva de 1 069 mil euros comparativamente com o ano anterior, é justificada, pelo cálculo final da reconciliação de 2021, no montante de 841 841,59 euros e pelo aumento das indemnizações compensatórias em 2023, conforme o sétimo e oitavo aditamento ao contrato de Serviço Público.

De realçar, o aumento da compensação devido ao programa de redução tarifária na RAM, conforme referido anteriormente e ao apuramento da reconciliação dos exercícios económicos de 2016 a 2021. Em relação aos valores de 2022 e 2023 poderão ser alterados, de acordo com o contrato de Serviço Público assinado em 30/10/2017 e respetivos aditamentos, assim como as prorrogações em regime de exploração provisória, de todos os títulos de concessão para a exploração do serviço público de transporte de passageiros e, finalmente, em resultado do apuramento final a ocorrer em finais de 2024.

O contrato de Serviço Público acima, tal qual nos anos anteriores, refere o seguinte:

- Que o seu valor definitivo só será calculado após a aprovação de contas de todas as Empresas, do mesmo sector, com base nos elementos reconhecidos nas demonstrações financeiras de cada ano, devidamente aprovadas;
- Que o apuramento de reconciliação, será efetuado pela Secretaria Regional dos Equipamentos e Infraestruturas, outorgante deste protocolo, até 31 de agosto do ano seguinte;
- Que caso não seja possível assegurar as variações acima previstas, respeitando o limite máximo definido no referido protocolo, deverá privilegiar-se as empresas que tenham reduções em detrimento das demais;
- Que os ajustamentos previstos, acima, são feitos por entre as empresas que tenham variações anuais acima do limite mínimo, tendo por referência o universo dessas empresas e, quando aplicável, os valores do ano são ajustados pela variação máxima permitida.

Nos subsídios à exploração/Indemnização Compensatória-SUB23, com a continuação dos novos títulos de transporte, com descontos especiais, denominados, Passe SUB23@SUPERIOR.PT, destinados aos estudantes do ensino superior, até os 23 anos inclusive, foram contabilizados 18,7 mil euros.

Nos subsídios à exploração/outros, reflete um apoio extraordinário ao combustível em 2022, devido ao aumento do custo unitário face ao conflito ente Rússia e Ucrânia.

23 Fornecimento e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos, é analisada como segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Subcontratos	532 874,81	269 086,49
Serviços Especializados	2 532 995,08	1 501 833,15
Trabalhos Especializados	1 445 883,28	194 312,80
Publicidade e Propaganda	858,00	2 993,89
Vigilância e Segurança	6 053,88	5 701,08
Honorários	0,00	0,00
Comissões	16 422,88	15 722,35
Conservação e Reparação	1 063 777,04	1 283 103,03
Materiais	2 228,18	2 931,21
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	0,00	136,50
Material de Escritório	717,88	2 174,46
Outros	1 510,30	620,25
Energia e Fluidos	827 802,93	1 171 424,10
Eletricidade	2 932,92	2 802,07
Combustíveis	824 556,27	1 168 304,55
Água	313,74	317,48
Outros Fluidos	0,00	0,00
Deslocações, Estadas e Transportes	0,00	81,20
Deslocações e Estadas	0,00	81,20
Transporte de Mercadorias	0,00	0,00
Serviços Diversos	224 661,90	223 525,85
Rendas e Aluguers	49 325,52	67 785,96
Comunicação	4 565,35	4 382,65
Seguros	113 971,52	95 175,37
Contencioso e Notariado	3 419,95	477,50
Despesas de Representação	0,00	0,00
Limpeza, Higiene e Conforto	52 069,92	52 072,52
Outros Serviços	1 309,64	3 631,85
Total	4 120 562,90	3 168 882,00

Valores em euros.

A rubrica fornecimentos e serviços externos, apresenta um aumento de 951,6 mil euros face ao ano anterior, fruto da retoma total da operação durante o ano e do contrato existente com a empresa-mãe, HF. Destacam-se as seguintes variações:

- Nos subcontratos, um aumento de 264 mil euros, referente ao aluguer de viaturas da empresa-mãe – HF, para efetuar o serviço público de transporte de passageiros;
- Na rubrica trabalhos especializados, um aumento de 1 252 mil euros, sendo o mesmo expressivo, devido aos diversos serviços prestados pela empresa-mãe – HF, nomeadamente, serviços de motoristas, informática, gestão e contabilidade, recursos humanos, manutenção de SAE e sistema de bilhética, fiscalização, entre outros, uma vez que a TIIM não dispõe de recursos próprios;
- Na rubrica conservação e reparação de viaturas, uma diminuição de 219 mil euros, pois face à antiguidade e estado de conservação de algumas viaturas da frota, que pertencentes à empresa-mãe – HF, a TIIM tem a responsabilidade de garantir a sua manutenção, tornou-se essencial efetuar diversas reparações, não obstante da redução de custos;
- Na rubrica combustíveis, e apesar da retoma da operação, registou-se um decréscimo de 344 mil euros, derivado da ligeira redução do preço unitário e da descontinuação dos serviços de aluguer com condutor, principalmente, para o turismo;
- Na rubrica rendas e alugueres, diminuição de 18,5 mil euros face ao ano anterior e que reflete a passagem de alguns serviços relacionados com o turismo para a empresa-mãe, reduzindo assim os encargos;
- Na rubrica, seguros, aumento de 19 mil euros, derivado da subida generalizada de preços.

Nas restantes rubricas nada de relevo a destacar.

24 Gastos com o pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal, é analisada como segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Remunerações dos Órgãos Sociais	300,00	2 250,00
Remunerações do Pessoal	619 715,22	1 487 698,16
Outros Benefícios	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	40 000,00
Encargos sobre Remunerações	141 993,60	332 914,73
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	15 976,22	14 800,91
Gastos de Ação Social	0,00	856,57
Outros Gastos com o Pessoal	4 677,39	4 450,99
Total	782 662,43	1 882 971,36

Valores em euros.

Nas rubricas de gastos com o pessoal, houve uma diminuição de 1 100 mil euros, face ao período homólogo, derivado da diminuição dos proporcionais de subsídio de férias e subsídio de natal e do processamento salarial, uma vez que a 01/05/2023 os colaboradores foram transferidos para a empresa-mãe, sendo o seu custo debitado mensalmente pela empresa-mãe, relativamente aos colaboradores afetos ao serviço de transporte público de passageiros.

Distribuição do pessoal em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Órgãos Sociais	0	0
Diretores/Chefias Superiores	0	0
Chefias Intermédias	0	1
Profissionais Altamente Qualificados	0	0
Profissionais Semiqualeificados	0	62
Contratados a Prazo	0	0
Total	0	63

Valores em euros.

25 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Rendimentos Suplementares	122 571,41	243 606,04
Ganhos em Inventários	0,00	729 864,88
Outros	196 873,80	5 645,14
Total	319 445,21	979 116,06

Valores em euros.

Na rubrica rendimentos suplementares, o valor refere-se, essencialmente, à prestação de serviços realizados pelos motoristas à empresa-mãe até 30/04/2023.

Na rubrica ganhos em inventários, o montante em 2022, diz respeito à alienação de toda a frota e equipamentos associados à mesma.

Na rubrica outros, pela anulação de excesso de previsão referente a férias e subsídio de férias.

26 Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas, é analisada como segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Impostos	574,33	363,07
Descontos de Pronto Pagamento Concedidos	0,00	0,00
Perdas em Inventários	0,00	0,00
Investimentos não Financeiros	0,00	0,00
Outros	74 748,20	78 424,91
Total	75 322,53	78 787,98

Valores em euros.

A rubrica de impostos contempla o pagamento do imposto municipal de imóveis.

A rubrica outros, refere-se, essencialmente, a ofertas de serviços e quotizações.

27 Gastos / Reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização, é analisada como segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Gastos em Propriedades de Investimento	0,00	0,00
Gastos em Ativos Fixos Tangíveis	38 711,08	91 141,43
Reversões	0,00	0,00
Total	38 711,08	91 141,43

Valores em euros.

Pela análise do quadro acima, verifica-se uma redução, no montante de 52 mil euros, face ao período homologado e que se deve à não existência de novos investimentos como também à alienação de toda a sua frota, efetuada em 2022.

28 Divulgações de partes relacionadas

A TIIM, S.A. é detida a 100% pela empresa Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A.

Não foram atribuídas quaisquer remunerações ao pessoal - chave da gestão da TIIM, S.A..

Foi atribuído à empresa-mãe uma remuneração no montante de 50 016,84 euros, a título de desempenho de cargos sociais dos seus órgãos de gestão na TIIM, S.A..

As transações entre partes relacionadas apresentam-se como segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Vendas e Serviços Prestados	122 222,79	242 004,18
Empresa-mãe	122 222,79	242 004,18
Outras Partes Relacionadas	0,00	0,00
Gastos	4 050 280,32	3 036 206,50
Empresa-mãe	4 050 280,32	3 036 206,50
Outras Partes Relacionadas	0,00	0,00
Total	3 928 057,53	2 794 202,32

Valores em euros.

As transações mais significativas referem-se a fornecimentos e serviços externos, nomeadamente, combustíveis e conservação e reparação de viaturas.

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ativos	43 898,60	1 031 738,88
Empresa-mãe	43 898,60	1 031 738,88
Passivos	-3 370 692,13	-3 567 133,37
Empresa-mãe	-3 370 692,13	-3 567 133,37
Total	-3 326 793,53	-2 535 394,49

Valores em euros.

No ativo, refere-se à dívida da HF, relacionado com venda de títulos de transporte da TIIM, S.A..

No passivo, o valor é referente aos fornecimentos de bens e serviços efetuados pela HF, nomeadamente, gasóleo, serviços de manutenção de viaturas e serviços especializados.

29 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A 29 de março de 2016, foi apresentado um pedido de Revisão Oficiosa (artigo 78º da LGT), referente ao Imposto sobre o valor acrescentado considerado como liquidado em excesso, no período de dezembro 2012 a março 2014, no valor de 85 344,00 euros, pelo que é feita uma breve descrição do processo:

- 1) Com efeito, em 10 de agosto de 2018 foi proferido, pela ATRAM, despacho de indeferimento ao procedimento de Revisão Oficiosa, do qual fomos notificados a 3 de setembro de 2018;
- 2) Através de requerimento, de 12 de outubro de 2018, a TIIM apresentou um pedido de “Recurso Hierárquico”, o qual foi rejeitado com fundamento na sua extemporaneidade (notificado em 28 de novembro de 2018);
- 3) Na sequência da rejeição do recurso, a TIIM moveu uma Ação Administrativa em 19 de fevereiro de 2019 (Processo nº 64/19.3BEFUN), contra a ATRAM;
- 4) A referida ação foi considerada procedente, em 21 de novembro de 2019, e em consequência foi anulado o ato tributário impugnado que indeferiu o Recurso Hierárquico;
- 5) Uma vez anulado o ato, ATRAM apreciou o Recurso Hierárquico e notificou-nos a 08/01/2020 do projeto de decisão;
- 6) A 24/01/2020, exercemos o direito de audição prévia;
- 7) A 12/02/2020, fomos notificados do despacho de indeferimento do recurso hierárquico;
- 8) A 02/06/2020, deu entrada a impugnação judicial/petição inicial, pelo que aguardamos despacho do Tribunal.

Sobre esta matéria foi ainda solicitado um pedido de informação vinculativa a 03/05/2019, onde argumentamos que a fórmula de cálculo para o apuramento das compensações financeiras, que tem por base uma soma algébrica de vários agregados (custos – proveitos + lucro razoável + incentivos) e não preços vs. Quantidades, razão pela qual entendemos que não é aplicável o imposto. Durante o exercício de 2020 recebemos a resposta da Autoridade Tributária, onde discorda do nosso entendimento.

30 Honorários e outros serviços faturados

Sociedade de revisores oficiais de contas. A rubrica é analisada como segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Honorários Totais Faturados, Revisão Legal Contas Anuais	2 475,00	4 950,00
Honorários Totais Faturados, Outros Serviços	3 050,00	2 900,00
Total	5 525,00	7 850,00

Valores em euros.

Os honorários contratualizados para a revisão legal de contas do presente exercício foi no montante de 5 250,00 euros.

31 Acontecimentos após a data de balanço

Após a data de balanço não ocorreram quaisquer acontecimentos suscetíveis de darem lugar a ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras da empresa. Contudo procedemos à seguinte divulgação:

Em finais de fevereiro de 2022, deu-se início a um conflito entre a Rússia e a Ucrânia, culminando com uma invasão por parte da Rússia.

Mais recentemente, no início de outubro de 2023, começou o conflito Israel-Gaza, após um ataque terrorista coordenado por vários grupos militantes palestinos contra cidades israelenses.

Neste momento, os mesmos continuam a ter impactos devastadores que afetam a economia global, sendo que existe algumas dificuldades na preparação das projeções futuras, seja, do ponto de vista da inflação, seja, com a subida de juros e com a falta de matérias-primas. Não sendo possível prever alguns dos efeitos que possam advir da evolução deste conflito, consideramos que as atuais circunstâncias, não colocam em causa a continuidade das operações.

32 Anexo ao relatório do conselho de administração

Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

a que se refere o n.º 6 do Art.º 447º do (C.S.C.) Código das Sociedades Comerciais

ÓRGÃOS SOCIAIS Art.º 447º, n.º 1 do C.S.C.	N.º DE AÇÕES 31/12/2023	N.º DE AÇÕES 31/12/2022
Exercício de 2022		
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL António José Jardim Faria António Manuel Pita Rentróia Gabriel de Lima Farinha		
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves Susana Maria Florença Pinto Correia Duarte Leovigildo de Faria Sousa Ricardo Nuno Pestana Abreu (*) Donato Filipe Fernandes de Gouveia		
FISCAL ÚNICO BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.		
Exercício de 2023		
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL António José Jardim Faria António Manuel Pita Rentróia Gabriel de Lima Farinha		
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves Susana Maria Florença Pinto Correia Duarte Leovigildo de Faria Sousa Ricardo Nuno Pestana Abreu (*) Donato Filipe Fernandes de Gouveia		
FISCAL ÚNICO BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.		

(*) O vogal pediu a renúncia no dia 30 de novembro de 2023.

ACIONISTAS Art.º 447º, n.º 2, alínea d) do C.S.C.	N.º DE AÇÕES 31/12/2023	N.º DE AÇÕES 31/12/2022
Horários do Funchal - Transportes Públicos S.A.	1 000 000	1 000 000

Informação a que se refere o n.º 4 do Art.º 448º do C.S.C.

Os acionistas abaixo indicados detinham em 31 de dezembro de 2023 as seguintes posições:

ACIONISTAS	N.º DE AÇÕES	%
Horários do Funchal - Transportes Públicos S.A.	1 000 000	100%

O Conselho de Administração

Presidente executivo: Dr. º Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

Vogal executiva: Eng.ª Susana Maria Florença Pinto Correia

Vogal executivo: Eng.º Duarte Leovigildo de Faria Sousa

Vogal não executivo: Dr. º Donato Filipe Fernandes de Gouveia

O Contabilista Certificado

Dr. º Cláudio Ilídio Teixeira Vieira de Castro



Anexo IV

Fiscal Único



Tel: +351 217 990 420
Fax: +351 217 990 439
www.bdo.pt

Av. da República, 50 - 10º
1069-211 Lisboa

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da TiiM - Transporte Integrados Intermodais da Madeira, S.A. (adiante também designada por TiiM ou Empresa), anteriormente designada por Companhia de Carros de São Gonçalo, S.A., que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 6 928 755 euros e um total de capital próprio de 3 216 128 euros, incluindo um resultado líquido de 159 556 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado na nota 3.4 do Anexo às demonstrações financeiras, o Conselho de Administração considera que a continuidade da Empresa não está em causa, dado que prevê a prorrogação do contrato de serviço público de transporte rodoviário de passageiros na RAM até finais de 2024 e que é provável que, ainda no final de 2024, sejam tomadas decisões sobre a continuidade das suas operações, mas que não é possível de momento determinar os moldes e as circunstâncias em que tal ocorrerá. A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias



Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer



incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Empresa, não identificámos incorreções materiais.

Funchal, 22 de março de 2024

A stylized, light blue ink signature of António José Correia de Pina Fonseca.

António José Correia de Pina Fonseca,
(ROC nº 949, inscrito na CMVM sob o nº 20160566)
em representação de BDO & Associados - SROC



Tel: +351 217 990 420
Fax: +351 217 990 439
www.bdo.pt

Av. da República, 50 - 10º
1069-211 Lisboa

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores,

Relatório

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2023, a atividade da TiiM - Transporte Integrados Intermodais da Madeira, S.A. (anteriormente designada por Companhia de Carros de São Gonçalo, S.A.), examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Dando cumprimento ao nº 2 do artigo 52º do Regime Jurídico do Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional nº 15/2021, de 30 de junho, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do Capítulo II daquele mesmo diploma, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação nele divulgada.

Parecer

Assim, somos de parecer:

1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, apresentados pela Administração, relativos ao exercício de 2023;

2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Funchal, 22 de março de 2024

O FISCAL ÚNICO

António José Correia de Pina Fonseca,
(ROC nº 949, inscrito na CMVM sob o nº 20160566)
em representação de BDO & Associados - SROC

